



PROJETO “SENTIR O NOSSO BAIRRO”

Aviso Nº NORTE-34-2019-08

**TIPOLOGIA DE AÇÃO “ABORDAGENS INTEGRADAS PARA A
INCLUSÃO ATIVA”**

Entidade Promotora: Município de Penafiel

julho de 2019



Índice

1. Contextualização	3
2. Enquadramento	7
3. Objetivo central deste projeto.....	12
4. O Território de intervenção deste projeto	12
5. As Pessoas destinatárias.....	15
6. Metas.....	18
7. Duração	18
8. Metodologia adotada para gestão e desenvolvimento do Projeto	18
9. As operações deste projeto, suas tipologias e atividades	27
9.1. TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 1 – PROMOÇÃO DE PARCERIAS DE CARÁTER INOVADOR E EXPERIMENTAL QUE ENVOLVAM UMA AMPLA GAMA DE ENTIDADES..	27
9.1.1. Atividades previstas na Tipologia de Operações 1 - Ação 1.....	28
9.1.2. Atividades previstas na Tipologia de Operações 1 - Ação 2.....	30
9.1.3. Atividades previstas na Tipologia de Operações 1 - Ação 3.....	31
9.1.4. Atividades previstas na Tipologia de Operações 1 - Ação 4.....	31
9.2 TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 2 – REDUÇÃO DA POBREZA, DA EXCLUSÃO SOCIAL E DO DESEMPREGO EM TERRITÓRIOS URBANOS PROBLEMÁTICOS	34
9.2.1 Atividades previstas na Tipologia de Operações 2 – Ação 1 “Ações de capacitação para a autonomia, a cidadania, a inclusão e a empregabilidade”	34
9.2.2 Atividades previstas na Tipologia de Operações 2 – Ação 2 “Ações de capacitação de mediadores/as locais”	40
9.3 TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 3 – FOMENTAR ABORDAGENS LOCAIS INOVADORAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROMOVER ESTRATÉGIAS LOCAIS DE INCLUSÃO ATIVA.....	42
9.3.1 Atividades previstas na Tipologia de Operações 3 – Ação 1 “Ações de educação para a cidadania, igualdade e não discriminação”.....	42
9.3.2 Atividades previstas na Tipologia de Operações 3 – Ação 2 “Ações de educação para a saúde”	45
9.3.3 Atividades previstas na Tipologia de Operações 3 – Ação 3 “Ações de inclusão pelas artes, cultura e desporto”	46
10. CRONOGRAMA DAS TIPOLOGIAS DE OPERAÇÕES E RESPETIVAS AÇÕES (por trimestre)	51
11. Capacidade técnica do beneficiário e co-beneficiários	52
12. Maturidade do investimento e sustentabilidade da operação após a realização	52
13. Gestão e Avaliação.....	54
14. Plano de Comunicação	55



PROJETO “SENTIR O NOSSO BAIRRO”

(A executar em parceria consorcial, como previsto no nº 7 da Portaria n.º 60-A/2015, no Conjunto Habitacional da Fonte da Cruz - Penafiel, sendo entidade Coordenadora do Consórcio a Câmara Municipal de Penafiel)

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA E DESCRITIVA (versão desenvolvida)

OBJETIVO TEMÁTICO OT.79: PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E COMBATER A POBREZA E QUALQUER TIPO DE DISCRIMINAÇÃO

TIPOLOGIA DE AÇÃO “ABORDAGENS INTEGRADAS DE INCLUSÃO ATIVA”

1. Contextualização

Importa, em termos de contextualização, buscar, antes de mais, os fundamentos teórico-metodológicos, que informam este projeto, em relação à intervenção que pretendemos fazer, derivados da raiz e faces/expressões das problemáticas e frutos a obter, que, legitimam a nossa esperança no sucesso.

As Ciências Sociais têm dado cada vez mais enfoque aos processos de exclusão e vulnerabilidade social, notando-se a urgência de uma pesquisa e de uma abordagem holística relativamente aos fenómenos de exclusão social.

Segundo Marielle Gros, investigadora do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, predominam, na abordagem da integração social, práticas que carecem de uma perspetivação coerente e explícita, sobre as estratégias promotoras da autonomia; prevalecem sistemas de representação e modelos de ação propícios à manutenção de relações de inferiorização e dependência em detrimento dos contextos (res) socializadores.

Deste modo, as desigualdades sociais estarão longe de ser exclusivamente imputáveis a qualidades e atributos pessoais desiguais, à demonstração do talento de cada indivíduo ou às escolhas pessoais de sujeitos livres.

Os fenómenos de exclusão social manifestam-se, assim, sobretudo, na padronização de práticas que *recriam as condições de vida dos indivíduos*, nos seus comportamentos, e nas oportunidades de acesso aos recursos existentes. Condições essas que são *desiguais*.



Estas desigualdades constituem o fator mais permanente da discriminação e afastamento de algumas categorias sociais, em relação aos recursos sociais mais valorizados. É assim, no interior dos diversos subsistemas sociais, que se produzem os diferentes fenómenos de exclusão, que deverão ser entendidos numa perspetiva multidimensional. A eficácia da intervenção, que queremos continuar a fazer, dependerá deste pressuposto, coordenando as diversas dimensões existentes e elaborando estratégias de facilitação à participação de todos e todas que constituem o universo de um “Bairro”.

Também aí, as relações interpessoais sustentam-se em dinâmicas funcionais ou utilitárias, quando o que seria importante era o estabelecimento de diálogos mais profundos entre as pessoas. Por consequência, os quotidianos tornam-se rotinizados, em que é fácil fugir às inter-relações e ao conhecimento mútuo.

Levando esta reflexão para o campo das políticas de habitação social, podemos questionar se estas serão ou não obstáculos à emancipação social dos/as que por elas são contemplados/as, questão preliminar deste projeto.

Marielle Gros refere que a chamada habitação social comportou e comporta, ainda, alguns vícios de conceção que tornam mais remotas as possibilidades de levar a que os/as seus/suas residentes desenvolvam expectativas positivas acerca de si próprios/as e da sociedade em que vivem. Não podemos descurar a influência exercida pelos fatores sócio-espaciais na produção e reprodução da exclusão social.

Esta investigadora refere que a produção de habitação social é, na sua opinião, prisioneira de uma lógica de estigmatização, visível em dois aspetos:

- Concentração espacial de populações socialmente homogéneas;
- Pobreza dos espaços residenciais cuja localização e qualidade das formas arquitetónicas e dos materiais contrasta viva e negativamente com o meio envolvente.

Habitar num bairro estigmatizado, “guetizado” ou, no mínimo, marcado por algum preconceito exterior, poderá contribuir para uma degradação simbólica das suas vidas, num processo de exclusão social que, em algumas situações, se reproduz ao longo de gerações.

A pobreza e exclusão, que aí ocorrerão, derivadas dos graus agudos da precariedade de rendimentos e da desfiliação, constituem um problema de cidadania, porque os indivíduos ao estarem destituídos de poder, estão impedidos de exercer a cidadania.

Isto porque a **cidadania** consiste no acesso, mas, sobretudo, no usufruto, de um conjunto específico de exercício de direitos e deveres. Mas, também, de participação em instituições nos quais são exercidos os direitos dos indivíduos.



A cidadania (e o seu exercício e usufruto) assegura, também, segurança e proteção social ao estruturar os direitos sociais, uma vez que intervêm com as relações de mercado e nas condições de trabalho e de vida dos indivíduos. Estes direitos configuram-se no direito à participação dos recursos materiais e das condições sociais que propiciam a integração social; são processos mediadores entre a ação dos indivíduos e as estruturas sociais implicando um aumento do poder dos indivíduos, possibilitando uma redução das desigualdades sociais e da redistribuição e recursos.

Segundo Sérgio Aires, investigador da Rede Europeia Anti-Pobreza e ex-Presidente dessa ONGD europeia, com sede em Bruxelas, o fenómeno da tendencial “guetização”, ou seja, o confinamento, em determinados territórios, de cidadãos/ãs, que por razões sócio-culturais, económicas ou comportamentais, deixaram de ser, só, “diferentes”, para se tornarem “indesejados”, que fez “escola” nas políticas sociais dos anos 60/70 do século passado, subsiste até aos dias de hoje. O discurso justificativo da manutenção da guetização, real ou tendencial, atualmente, ganhou um novo contorno: as pessoas não só serão “indesejadas”, mas, também, têm de ser confinadas em espaços porque eram e serão “perigosos/as”, logo, introduz-se no discurso guetizante, crescentemente, um conceito de “segurança”, incentivado por certos meios de comunicação social. Segundo este investigador, esta “deriva securitista” reforçou-se, em algumas políticas e medidas de política social, voltando a dar ênfase à necessidade de manter essas pessoas juntas, confinadas a um território bem preciso, como um Bairro Social, em nome da preservação da “segurança” dos outros.

Vale a pena introduzir outro nível de reflexão, relacionado com uma exacerbada busca pelo sentido de pertença e de “segurança/proteção, que, ao contrário do discurso mais corrente, pode agravar a “guetização”.

O sociólogo Manuel Castells refere em “ A Sociedade em Rede” (2009), que as fragilidades do modelo familiar tradicional biparental e, geracionalmente, afeto a um território, a nova consciência ambiental, a crise de legitimidade dos sistemas políticos e a fragmentação dos movimentos sociais clássicos, o extraordinariamente rápido disseminar dos imediatos acessos a fontes de comunicação, caracterizam um ambiente de mudanças confusas e incontroladas, tendendo, perante tanta mudança, a reagrupar os indivíduos, numa atitude consciente ou inconscientemente defensiva, em torno de “seguranças” como as identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais ou nacionais.

Por outro lado, muito recentemente, no discurso oficial do “Dia 10 de Junho”, o jornalista e comentador político João Miguel Tavares dizia, sobre algo que lhe parecia caracterizar os/as portugueses/as: “O desespero não nasce do erro, mas do sentimento de que não vale a pena esforçarmo-nos para que as coisas sejam de outra forma – porque nunca serão. A falta de esperança e a desigualdade de oportunidades podem dar origem a uma geração de adultos/as desencantados/as, incapazes de acreditar num país meritocrático. Esta perda de esperança aparece depois travestida de lucidez, e rapidamente se transforma numa forma de cinismo.



Achamos que temos de ser pessimistas para sermos lúcidos. Que temos de ser desesperançados/as para sermos realistas. Que temos de ser eternamente desconfiados/as para não sermos comidos/as por parvos/as”.

Castells e Tavares, de formas diferentes, falam sobre as armadilhas que o medo das mudanças, das situações novas, que podem significar riscos, sobre, por outras palavras, a ancestral tendência a dizermos “sempre assim foi e será”, para não termos de nos confrontar com o medo da mudança de vida, seja porque sentimos que não temos meios económicos para fazer face a ela, seja porque, após gerações a defendermo-nos de mudanças que, porque, dado que não as entendíamos, as negávamos, nos refugiamos, sempre, por tudo isso, desesperançadamente desencantados/as e confusos/as, em torno de identidades primárias fundamentalizantes, de tipo religioso, étnico ou, sublinhe-se, territorial, que afirmam, legitimam e materializam a nossa “diferença” em relação aos “outros”.

Roque Amaro, investigador do ISCTE, dizia, em 1997, que a exclusão não era uma exceção nas sociedades, mas uma regra. Contudo, não resultava da falta de identidade, mas da exacerbação, por vezes, do pior que nela pode existir: um receio, ancestral de novas situações, de mudanças. Ficar “no seu cantinho”, seja ele confortável ou desconfortável, no seu território, mesmo que deficitário de conforto e recursos, parece o mais seguro. E, isso sim, pode alavancar a exclusão, com base no “agarrar-se” às seguranças em crenças, em atitudes, também em territórios. Criando “paredes” e “muros”. E medos. Que são transversais à sociedade. Existirão, tipologicamente, sublinhamos, os mesmos “medos” e “inseguranças”, que engendram diversas formas de “paredes” e “muros” (físicos ou culturais), logo, de “exclusão”, num Bairro Social ou num Condomínio Privado. Com expressões diferentes, mas, indubitavelmente, com igual raiz. Uns terão milhares de euros para as enfrentar. Outros, terão centímetros. Optamos por estes. Os/as cidadãos/as dos Bairros Sociais.

Assim, um Bairro, por si só, não é, pois, por definição e por si mesmo, um *território de exclusão* ou *de cidadania*. De facto, em todas as grandes áreas urbanas existem Bairros, que se definem por terem identidades próprias vincadas e fortes, que definem traços de personalidade coletiva dos/as seus/suas moradores/as, que, ao afirmarem-se, distinguem-se, mas, necessariamente, não se opõem aos da cultura urbana dominante.

Os Bairros Sociais, hoje denominados EHS (**E**quipamentos de **H**abitação **S**ocial), constituem-se, contudo, como territórios de exclusão, precisamente, quando, pela *impossibilidade* e *incapacidade* de, como organismo social vivo, se afirmarem como *espaços distintivos de cidadania*, onde a diferenciação em relação ao *hinterland* envolvente, em vez de propiciar uma integração pela diferença, estigmatiza essa diferença, leva a um fechar-se sobre si próprio e a ter “medo” da mudança.

É essa **raiz** da exclusão a combater, neste projeto.



Resta saber como esse “combater” poderá ter **frutos** duradouros, ou seja, poderá “mexer” na cultura de exclusão, a partir de dentro.

Na década de 40 do século XX, o Professor Jorge Dias, um dos Pais da Antropologia e Etnologia em Portugal, em 1942, dizia, numa conferência na então Universidade de Santiago de Compostela, onde era docente: “Não existe, nunca, o indivíduo completamente liberto do tradicional e das influências do ambiente circundante: em todos existe a ‘cultura popular’ ou, dizem outros de outra forma, a “cultura própria”, em maior ou menor força. Qualquer transformação social e de atitudes, sem ter nisso conta, não tem futuro”.

As abordagens da inclusão/exclusão, tem de se basear no quotidiano do pensar, sentir e agir das pessoas e da comunidade e (re)agir, para a mudança qualitativa, a partir dessa cultura, neste caso, do Bairro. Tentaremos ter isso em conta, como, é visível nas atividades elencadas neste projeto.

2. Enquadramento

A Câmara Municipal de Penafiel tem tido como prioridade o investimento na área social, nomeadamente numa política social de intervenção de proximidade e de planeamento estratégico atuando com maior incidência junto das famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Existe, no trabalho da Autarquia, neste e noutros EHS do seu território, a preocupação notória da valorização da qualidade de vida e do bem-estar das famílias residentes em habitação social, atendendo à especificidade das suas necessidades, no que respeita à educação e formação, ao emprego, à saúde, ao ambiente, à cultura, ao desporto, à animação sócio-cultural e às relações de vizinhança.

Esta preocupação centra-se numa abordagem transversal integrada ao combate à pobreza/exclusão sociais, tendo sempre presente a necessidade de integrar este objetivo em todas as políticas setoriais que desenvolve.

Face às atuais circunstâncias conjunturais, o Município de Penafiel tem vindo desenvolver um trabalho junto da população mais carenciada, disponibilizando um conjunto de medidas de apoio social, designadamente no âmbito do Plano Municipal Solidário (PMS), implementado a partir de janeiro de 2017 e que constituem um relevante instrumento de apoio aos munícipes mais fragilizados.

Foram assim, concretizadas medidas de apoio social que são um auxílio fundamental a famílias e idosos/as, permitindo-lhes o acesso a bens essenciais que, sem estes apoios, dificilmente seriam alcançáveis.



A execução deste conjunto de apoios sociais foi precedida da elaboração de regulamentação que fixou os critérios de atribuição e definiu o respetivo procedimento administrativo de concessão dos apoios, criando-se vários regulamentos municipais para as diferentes medidas sociais.

Esta nova regulamentação apresenta o benefício de reunir num único documento a disciplina de todas as medidas de apoio social, quer as existentes, quer as novas medidas a desenvolver pelo município de Penafiel, face à constatação de realidades às quais urge dar resposta social, simplificando-se, assim, o seu conhecimento e aplicação a todos/as os/as interessados/as.

As modalidades de apoios municipais a conceder no domínio da ação social, inseridas no PMS, são as seguintes:

1) Penafiel AJUDA — Banco Municipal de Bens e Ajudas - consiste num apoio municipal às famílias residentes no município de Penafiel garantindo ajuda aos que, por razões de grave carência económica, não consigam satisfazer necessidades básicas de alimentação, vestuário, calçado, mobiliário ou outros bens essenciais. Nesta medida incluiu-se ainda o auxílio de equipamento técnico (artigos vocacionados a pessoas com incapacidade e/ou mobilidade reduzida, designadamente cadeiras de rodas, camas articuladas, ou outros equipamentos), que poderão estar sujeitas a uma caução/aluguer.

2) Penafiel HABITA - Apoio Municipal ao Arrendamento tem como objetivos:

a) Apoiar o arrendamento no mercado privado a famílias com dificuldades económicas, evitando o desalojamento devido a ações de despejo;

b) Ser uma alternativa à habitação social;

c) Ter um carácter temporário, ajudando à reorganização socioeconómica do agregado familiar.

3) Penafiel FAMÍLIA, a qual envolve:

a) Cartão Municipal Famílias numerosas - destina-se a promover incentivos específicos que conduzam, por um lado, ao aumento da natalidade e, por outro, à fixação e melhoria das condições de vida das famílias numerosas residentes no Município, e inserem-se na atribuição de descontos em vários equipamentos e infraestruturas incluindo entradas em espetáculos, museus, piscinas, entre outras.

b) Gabinete de Apoio à Família - procura assegurar a proteção das famílias mais vulneráveis com comprovada carência económica e ou risco de exclusão social através das seguintes valências:

- i. Apoio Psicológico;
- ii. Apoio Social.



iii. Gabinete de Apoio e Informação ao Migrante.

4) Penafiel REPARA — consistem em pequenas Reparações Domésticas as quais consistem num apoio prestado pela Câmara Municipal de Penafiel, à população mais idosa e desfavorecida residente no município, permitindo o acesso gratuito a serviços domésticos, designadamente de canalização, eletricidade, carpintaria, serralharia e serviços de pedreiro.

5) Penafiel CUIDA — Comparticipação de despesas com medicamentos a pessoas residentes no Concelho de Penafiel que se encontrem em situação de comprovada carência económica e que se enquadrem nos seguintes grupos beneficiários: Crianças e jovens; Idosos/as e reformados/as; Portadores/as de Doença Mental; e Portadores/as de Doença Oncológica.

6) Penafiel ACOLHE — Casa de Emergência Social. Este apoio tem por objeto minimizar as consequências de situações decorrentes de emergência social, acautelando o alojamento de vítimas de violência doméstica ou calamidade pública.

7) Penafiel NATAL + SOLIDÁRIO — Cabaz de Natal. Este apoio tem por objeto a atribuição de um Cabaz de Natal, sob a forma de géneros alimentares, a conceder no mês de dezembro, a indivíduos e/ou a famílias em situação de grave carência económica.

A Câmara Municipal de Penafiel e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, assinaram, no dia 5 de junho de 2019, um protocolo que visa, essencialmente, a promoção, execução e monitorização de medidas que concorram para a territorialização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND), ao nível do Município. O objetivo é desenvolver uma maior cultura de igualdade entre mulheres e homens, através de ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, à discriminação de género, às desvantagens das mulheres no mercado de trabalho, entre outras.

No que concerne aos EHS, a equipa de Ação Social da Câmara Municipal de Penafiel tem vindo a realizar um trabalho de proximidade e de carácter multidisciplinar, junto das pessoas e famílias presentes em todos os EHS, designadamente no âmbito da medida Rendimento Social de Inserção, da Ação Social do Município, da Gestão do parque habitacional e implementação de diversos projetos.

Esse trabalho, de terreno, tem servido de base à elaboração dos grandes documentos orientadores das políticas sociais no Concelho (“Diagnóstico Social” e “Plano de Desenvolvimento Social”), que, por sua vez, alimentaram documentos estratégicos mais globais, como o PAICD.

Assim, tem sido possível ter um conhecimento seguro e, constantemente atualizado, das problemáticas vivenciadas numa avaliação contínua e próxima relativamente às *necessidades*, individuais e comunitárias existentes.



Sinteticamente, numa visão quantitativa, de acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Penafiel, datado de 2014, compaginado com informações do PAICD e PEDU, deve referir-se, segundo esses documentos, dos 1891 cidadãos/ãs que residiam *na totalidade dos EHS, no Concelho*, 46% eram do sexo Feminino e 54% do sexo masculino. Dos 63 edifícios de habitação social existentes no concelho, 8 eram propriedade da Câmara Municipal, 19 do IHRU e 36 tinham outros proprietários. 48% da população penafidelense residente nas habitações sociais era constituída por famílias nucleares com filhos/as. A população residente nos conjuntos habitacionais públicos do concelho enquadrava-se, maioritariamente, na faixa etária entre os 31 e 50 anos (30%), apresentando um índice de envelhecimento de 202%. A maior percentagem de residentes em habitações sociais no concelho teria o 1º ciclo de escolaridade completa. 40% dos indivíduos residentes em habitações sociais estavam empregados/as. 15% da população residente em habitações sociais encontrava-se reformada/aposentada. Contudo, a taxa oficial de desemprego era de 17,9% (mais 5,5% que no Concelho), sendo o desemprego jovem de 18,5%, próximo do valor concelhio, ao tempo. 40% dos/as residentes eram beneficiários/as da prestação social Rendimento Social de Inserção. Contudo, a precariedade do emprego e trabalho informal ou subterrâneo/clandestino, a inexistência, num número significativo de famílias, de vínculos contratuais, que impedem a obtenção de proteção e direitos sociais, como é exemplo na proteção na doença, tiram um pouco da “máscara” com que esta realidade se torna opaca.

Numa visão mais qualitativa, prospetiva, tentando identificar, melhor, as problemáticas genéricas comuns a qualquer EHS, antes de descermos à análise específica das características e problemáticas daquele onde vamos intervir especificamente (Conjunto Habitacional da Fonte da Cruz), teríamos, e por domínios de intervenção, as seguintes realidades:

Domínio Económico: insuficiência de rendimentos, sendo frequente a ocorrência de dependência de prestações e/ou subsídios pecuniários para subsistência, designadamente Pensões/Reformas, Rendimento Social de Inserção, assim como de trabalho informal ou clandestino, sem direitos.

Desta forma e antecipando o que, em item próprio, desenvolveremos, qualquer intervenção técnica deve orientar-se pela avaliação diagnosticada de cada núcleo familiar e delinear em conjunto, com os diversos elementos do agregado familiar, um plano de intervenção ajustado às necessidades/vulnerabilidades e potencialidades do agregado. Esta metodologia aberta de intervenção assenta no pressuposto da promoção e o envolvimento dos indivíduos e suas famílias na definição do seu projeto de vida, será um *processo capacitador*, fomentando progressivamente a consciencialização da sua situação, desenvolvendo a sua capacidade de autonomia e participação, pretendendo contribuir para a diminuição dos fenómenos de segregação, precariedade, exclusão social, normalmente, associados aos núcleos habitacionais sociais.



Domínio Social: elevada incidência e concentração de pobreza e exclusão social; desqualificação simbólica da área residencial em relação ao centro da freguesia/concelho (territórios fechados e guetizados ou correndo esse risco), conduzindo à estigmatização da população residente; aumento das situações de monoparentalidade. É ainda visível uma enorme disparidade no que respeita à igualdade de género entre as pessoas residentes nos empreendimentos. As mulheres continuam a representar a maior percentagem residente, mas também o são na taxa de desemprego e níveis de habilitações literárias mais baixas. No entanto, é sobre elas que recaem, quase em exclusivo a responsabilidade da gestão doméstica/económica e da educação das crianças. A mulher representa o sexo mais vulnerável, nomeadamente em situações de violência doméstica, por norma é ela quem tem de abandonar a casa de família, mesmo que acompanhada de menores.

Domínio da Saúde: Problemas de saúde de natureza crónica e consequentemente com elevadas despesas com medicação (avaliação e conhecimento destas situações no âmbito do acompanhamento das famílias e das propostas de apoio económico eventual e/ou mensal para a área da saúde); negligência ao nível dos cuidados de saúde e higiene; dificuldade de acesso aos serviços de saúde e na aquisição de medicação necessária ao cumprimento de planos terapêuticos prescritos.

Ainda no que se refere aos problemas genericamente diagnosticados, destacamos a problemática do alcoolismo e da toxicod dependência, problemática esta transversal a todos os EHS. O consumo de bebidas alcoólicas e de estupefacientes é um problema que afeta as famílias e a sociedade na qual estamos inseridos/as, com implicações sociais, psicológicas, económicas e políticas,

Domínio da Educação: Elevada incidência de insucesso escolar; abandono e absentismo escolar; falta de escolaridade básica e de qualificação profissional; Dificuldade de acesso ao Ensino Superior; Reduzida motivação da população jovem face ao seu percurso escolar; baixas expectativas da juventude e das famílias face à escola e desadequação da oferta educativa e de formação relativamente à procura e às necessidades existentes; *Deficit* de competências em literacia.

Domínio do Urbanismo: Concentração de habitação social; descontinuidade relativamente à malha urbana (potencial guetização); degradação do edificado; Domínio dos Equipamentos sociais: Insuficiência qualitativa e quantitativa de equipamentos e serviços de apoio social.

Em conclusão, como já foi referido anteriormente e resultado da experiência da Ação Social do Município, ao longo dos anos, no desenvolvimento de projetos de intervenção social junto da população mais carenciada e desfavorecida dos EHS, sentimos que a população residente em bairros sociais ainda é vítima de uma forte exclusão social, materializada na demarcação física do lugar onde reside. Assim, alicerçada na dialética do combate e prevenção da exclusão e na promoção da participação e emancipação social das famílias mais carenciadas do concelho,



propomo-nos desenvolver ações que despertem estas comunidades para novas aprendizagens e percursos de vida inclusivos, bem como, em paralelo, a romper com as representações negativas da comunidade, procurando informar e desmistificar ideias preconcebidas, apelando a uma sociedade mais integradora, coesa e responsável.

É essa **face** da exclusão a combater, neste projeto.

Para tal, torna-se necessário, não só neste projeto em específico, mas, também em outros, a montante e jusante deste, ter em conta um conjunto de grandes objetivos, para os quais todos devem apontar, dentro das especificidades de cada intervenção:

- Diversificar e reforçar as medidas de política social com mobilização das entidades públicas e privadas com vista à inclusão ativa e à promoção da economia e empreendedorismo sociais;
- Dotar o parque de habitação social de infraestruturas e equipamentos sociais destinados a atividades sociais, educativas, culturais e desportivas, com vista a melhorar a coesão social do bairro;
- Articular o bem-estar residencial e urbano com a integração e coesão social.

3. Objetivo central deste projeto

Com este projeto pretende-se contribuir para erradicar as causalidades, sintomas e evidências de desfiliação e de precariedade de laços sociais intra e extra Bairro, aumentando o sentimento de pertença e apropriação do “Bairro” pelos/as moradores/as, no sentido de mitigar algum estigma associado ao mesmo, ligando o “Bairro” ao mundo e trazendo o mundo ao “Bairro”.

O principal objetivo consubstancia-se na capacitação para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, através do desenvolvimento do sentimento de orgulho na pertença e apropriação do “Bairro” pelos/as seus/suas residentes, da aquisição e reforço de competências pessoais, sociais (de comunicação, da expressão pessoal e coletiva), profissionais (de “saber fazer” e de qualificar esse saber), culturais (de “ser grupo com identidade”), promovendo a participação e organização da comunidade no exercício de uma cidadania ativa e inclusiva, que propicie não só uma progressiva apropriação ativa e positiva do “Bairro” pelos/as seus/suas habitantes, mas, também, uma ligação destes/as à comunidade urbana envolvente.

4. O Território de intervenção deste projeto

A análise exaustiva dos diferentes contextos de intervenção, dando conta das realidades e especificidades e, acima de tudo, das potencialidades e capacidades dos diversos intervenientes, conduz-nos no sentido de valorizar para potenciar e investir na procura de alternativas de mudança, tendo presente a necessária desocultação do fenómeno da exclusão



social, “filha” da precariedade (incerteza de rendimentos monetários, associada a laços relacionais frágeis) e da desfiliação (deterioração e progressiva perda do sentimento de pertença a um território ou espaço físico ou medo de tal, a par do receio da insegurança que implicaria qualquer mudança).

Analisemos, por isso, com o necessário detalhe, as informações mais atuais sobre o Território e este EHS.

O Equipamento de Habitação Social da Fonte da Cruz está situado na Freguesia de Penafiel (a mais populosa de todo o concelho de Penafiel), numa zona privilegiada de expansão da própria cidade, com acessos rodoviários facilitados e rodeada de infraestruturas de apoio diversificadas que dão qualidade de vida aos/às residentes, pelas respostas que oferecem. Surgiu por realização de um protocolo com o Ex- Fundo de Fomento de Habitação – INH – Instituto Nacional de Habitação, no qual a Autarquia pôde proceder à expropriação de uma série de terrenos que constituíam a zona degradada de Senrradelas e Rua do Monte, então com o objetivo de eliminação de pré-fabricados com mais de vinte anos e recuperação e arranjo urbanístico da zona sudoeste da cidade por eliminação de conjuntos edificados em forma de “ilha”, sem espaço adequado ao número de elementos por família e/ou sem qualquer condição higieno-sanitária.

O objetivo compreendia a construção de um conjunto habitacional suscetível de satisfazer a legítima aspiração de habitação condigna, para dezenas de famílias desprovidas de outros recursos.

O denominado Conjunto Habitacional da Fonte da Cruz é composto por 6 edifícios, dois com 16 frações cada, três com 32 frações cada e um com 25 frações dividido por três entradas independentes, o que dá um total de 153 fogos. Dos 6 blocos, são propriedade do Município de Penafiel 149 frações e somente 4 frações é que estão alienadas.

Em 1988 foi iniciada a edificação do bairro e concluída em 1990 com a construção de 5 blocos, num total de 128 fogos e 3 espaços destinados a comércio, por aproveitamento das características geográficas do terreno. As frações habitacionais, em ala contínua, foram projetadas com r/c, 1.º andar, 2.º andar e 3.º andar, cuja tipologia pode ser analisada no quadro seguinte:

Quadro n.º 1: Distribuição dos fogos e respetivas Tipologias por Bloco Habitacional

Bloco	N.º de Fogos	Tipologia – T2	Tipologia – T3
Bloco 1	16	8	8
Bloco 2	16	8	8
Bloco 3	32	16	16
Bloco 4	32	16	16
Bloco 5	32	16	16
Total	128	64	64

Em 1990, os fogos foram distribuídos à população mediante o acordo estabelecido com o então INH, desde que cumprida a expropriação com os respetivos senhorios.

Os três espaços destinados ao comércio, após terem cessado a sua atividade económica (barbearia; minimercado e um café), pela dificuldade em ancorar atividades económicas, comerciais ou de serviços nos espaços disponíveis, acabaram por ser cedidos, de forma gratuita, à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel, para desenvolvimento das suas atividades.

Um segundo acordo de colaboração entre o INH e esta Autarquia, celebrado em 1998, promoveu a construção de outro bloco na Rua D. Inácio S. P. Caetano, constituindo-se em 25 fogos, distribuídos por 3 entradas, com a seguinte tipologia:

Quadro n.º 2: Distribuição dos fogos e respetivas - Tipologias referentes Bloco 6

Bloco 6	N.º de Fogos	T1	T2	T3	T4
Ent.1	8	1	3	2	2
Ent.2	9	1	3	4	1
Ent.3	8	0	4	4	0
Total	25	2	10	10	3



O Bairro visualiza-se numa das entradas da cidade de Penafiel, onde se distingue facilmente devido a uma significativa concentração de blocos similares. Olhando à sua volta, depara-se com uma paisagem mais humanizada, que confere à zona de Serrandelas um estatuto de ex-zona semiurbana. Possui boa acessibilidade, o que permite pôr em contacto com o “mundo” as gentes deste bairro.

O Conjunto Habitacional da Fonte da Cruz, à semelhança de muitos outros construídos, pelo Estado, pelo País fora, destinou-se, ao tempo, a realojar famílias de portugueses que, por vias dos processos de independência agitados das ex-colónias (1974 a 1976), decidiram ou foram constringidos a vir para Portugal e aqui recomeçar as suas vidas. É, por vias disso, um Bairro habitado por algumas famílias vindas de Angola, apesar de, na sua maioria a população se ter vindo a diversificar por força das novas realidades (imigração e crise económica, essencialmente).

O Conjunto Habitacional da Fonte da Cruz é um Bairro em regime de arrendamento social. As famílias são alojadas tendo por base vários fatores: a emergência social, a diversidade etária, étnica e cultural e a própria sustentabilidade económica do Bairro. As suas rendas são calculadas de acordo com os rendimentos do agregado familiar, do número de elementos e de outros fatores previstos na lei (renda apoiada). Na atualidade, a renda média mensal ronda os 30,00€.

Este bairro foi objeto de reabilitação no âmbito do Programa PROHABITA – Programa de Financiamento Para Acesso à Habitação, no ano de 2009. Essa candidatura foi sustentada em estudos de caracterização socioeconómica dos residentes neste Conjunto Habitacional e do edificado, relativamente ao estado de conservação das frações habitacionais.

No que concerne às áreas envolventes de alguns dos edifícios, os diversos condomínios instituídos têm assumido uma função proativa, nomeadamente na sua reabilitação e conservação contando com a colaboração da Autarquia na cedência de materiais e na concessão de autorização para as diversas intervenções.

5. As Pessoas destinatárias

O público-alvo direto deste projeto será a população residente no Bairro da Fonte da Cruz, atrás caracterizada, assumidos como alvo desta intervenção direta deste projeto.

O projeto “Sentir o nosso Bairro” pretende ser uma proposta de intervenção que vá de encontro às necessidades detetadas ao longo do contínuo processo de conhecimento e diagnóstico de necessidades, elencadas pelos/as moradores/as desse EHS do Concelho de Penafiel, alvo da presente candidatura no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE 2020.



As famílias que residem neste Conjunto Habitacional na sua maioria são agregados familiares nucleares com filhos/as a cargo (77), seguidos de núcleos familiares isolados (28).

Como referido atrás, nos agregados familiares originais, os/as filhos/as cresceram, constituíram novas famílias e saíram da casa dos/as pais/mães. Daí que haja, nos dias de hoje, um número significativo de idosos/as no bairro, número esse que é compensado pelos muitos nascimentos verificados nos casais mais jovens.

Os/as mais idosos/as encontram-se a viver sozinhos/as. Surge também a necessidade de atenção a este grupo socialmente desfavorecido, compostos em grande número por residentes, neste momento, com 65 ou mais anos e de todos os outros a envelhecer e a precisar cada vez mais de apoio dos serviços.

Os núcleos familiares monoparentais, compostas por mulheres com filhos/as a cargo, têm alguma representatividade neste bairro: cerca de 13 agregados familiares, que, neste momento, dependem de ajudas estatais. Em relação aos núcleos familiares sem filhos/as (18) e as famílias alargadas/extensas (17) verifica-se uma certa aproximação ao nível de representatividade estatística.

Sistematizando e sintetizando a informação quantitativa, ao todo, moram no Bairro mais de 400 pessoas (média de 4 elementos por fogo). A faixa etária mais predominante no bairro é a dos 31 aos 50 anos (130 indivíduos) dos quais 100 são casados/as, 23 são solteiros/as, 4 são viúvos/as e 3 estão divorciados/as. Relativamente ao género, nesta faixa etária, 70 são mulheres e 60 são homens. Segue-se a faixa etária dos 51 – 65 anos, com cerca de 85 indivíduos, dos quais 50 são mulheres e 35 são homens, 59 são casados/as, 13 viúvos/as, 8 divorciados/as e 5 solteiros/as. Com representatividade de 83 indivíduos, verifica-se a faixa etária dos 19 aos 30 anos de idade, onde 50 são mulheres e 33 são homens, 72 solteiros/as e 11 casados/as.

As faixas etárias dos 0 aos 6 anos, dos 7 aos 10 anos e dos 11 aos 18 anos representam 19% da população residente neste bairro social e nestas idades o género masculino é aquele que tem mais representatividade (45 indivíduos do sexo masculino versus 36 indivíduos do sexo feminino).

Como se pode constatar, a população residente neste Conjunto Habitacional é maioritariamente adulta, feminina (170 versus 132 masculina) e em idade ativa. A caracterização socioeconómica evidencia uma população residente jovem com capacidade de rejuvenescimento da sua população ativa. É, genericamente falando, um bairro de gente trabalhadora.

A faixa etária dos/as moradores/as com mais de 65 anos de idade representa um conjunto da população residente reduzida (cerca de 9,9%). Dos/as quais, 21 são casados/as, 15 são



viúvos/as, 4 indivíduos são solteiros/as e 2 divorciados/as. Quanto ao género, 26 são do sexo feminino e 16 são do sexo masculino.

No que concerne ao grau de escolaridade da população residente neste Conjunto Habitacional, verifica-se uma clara predominância relativamente à população residente que possui o 1.º ciclo completo, o que traduz o abandono precoce da escola e dificuldades de acesso às então “Novas Oportunidades” e programas/medidas subsequentes, sugerindo a necessidade de se levar a cabo uma intervenção potenciadora da inserção escolar e profissional.

Neste Universo, apenas 29 moradores são analfabetos/as, mas existem 9 que têm o grau de licenciatura.

Relativamente à situação face ao emprego, a população residente, como já tinha sido referido anteriormente, encontra-se maioritariamente inserida profissionalmente (44% da população total) são trabalhadores maioritariamente por conta de outrem, exercendo funções principalmente no setor terciário.

Atendendo ao número de moradores/as a exercer atividade profissional, salientamos que o tipo de profissões que exercem, refletem as baixas habilitações escolares e a falta de qualificação profissional dos/as trabalhadores/as: operários/as ou trabalhadores/as similares e trabalhadores/as não qualificados/as. Importa referir também a existência de trabalho precário, neste grupo específico que se encontra a trabalhar.

Ao nível dos/as desempregados/as, os/as de longa duração são mais representativos comparativamente aos/às de curta duração, contudo representam 22% da população residente. A maioria desta franja populacional, que viu o subsídio de desemprego terminar sem que conseguisse inserção profissional, e face à situação de extrema carência, tornaram-se beneficiários da medida de proteção social RSI – Rendimento Social de Inserção.

A população reformada e/ou pensionista (nomeadamente pensionistas por invalidez e reformas por velhice) representa cerca de 15% da população residente. A fatia dos/as estudantes representa cerca de 17% do total da população, com poucos índices de abandono escolar, mas com algum insucesso escolar registado.

Contudo, e à semelhança do que acontece em todos os Bairros Sociais, verificam-se ainda fenómenos de pobreza e exclusão e, desta forma, há necessidade de encontrar uma resposta adequada às necessidades das pessoas tendo em vista a escolarização, o emprego e a formação cívica e cidadã, rumo à autonomia e à sua plena integração na comunidade. Tendo em conta a especificidade da população alvo, com baixa escolaridade, desemprego, insuficiência económica, formação profissional inexistente ou não específica, coexistência de perturbações comportamentais, como alcoolismo, toxicod dependência, continuam a subsistir diversos problemas sociais no Conjunto Habitacional, a que a Autarquia responde através de um trabalho comunitário e de acompanhamento técnico do bairro, presencial, contínuo e diário.



É evidente a necessidade e a possibilidade de fomentar a participação dos indivíduos na resolução dos seus problemas, envolvendo-os/as nos processos de inclusão e intervenção ativa enquanto cidadãos/ãs informados/as, responsáveis e com capacidade de decisão.

Daí este projeto.

6. Metas

No final da execução, os/as residentes do EHS referido, terão, ao seu dispor, ferramentas para se tornarem autores/as e executores/as de políticas e medidas de política de desenvolvimento pessoal, social, familiar e local no território do Bairro. Os indicadores de medida de atingimento das metas serão referidos mais adiante nesta memória e modificados, se necessário, durante a execução do projeto.

7. Duração

O projeto terá início, formalmente, na data de aprovação da candidatura e, de acordo com a avaliação de impacto, prevê-se que não terá término, considerando a intenção de replicabilidade a outros contextos de habitação social, designadamente aos restantes EHS. No que concerne ao calendário específico desta candidatura, a que esta memória se restringe, a execução da mesma durará 24 meses, a partir da data de aprovação da candidatura.

8. Metodologia adotada para gestão e desenvolvimento do Projeto

8.1. A metodologia do Marco Lógico: razões de uma escolha

Toda a análise anterior efetuada, convida, implicitamente, à utilização, na abordagem dos problemas e no planeamento e ação, para resolução das situações/problema, de Metodologias Abertas de Conscientização (MAC) e de Métodos Abertos de Coordenação (também com sigla MAC), que o Banco Mundial e a ONU consideraram, no início do século XXI, os mais adequados para um desenvolvimento participado. Geralmente, são conhecidos, no seu conjunto, como Metodologia do Marco Lógico (ML) ou Quadro Lógico.

Detalhem as razões dessa opção.

A opção por uma metodologia de projetar não é pacífica, pois insere-se na filosofia e cultural social e política de quem projeta.



De facto, escolher, de entre a panóplia de metodologias e métodos ditos “clássicos” (centrados no seguimento de etapas rígidas e algos estanques) ou de entre os chamados “participativos” (centrados no envolvimento de todos os que se relacionam com o problema sobre o qual se projeta) tem a ver com a cultura organizativa, com as práticas de gestão mais ou menos democráticas, com o nível de envolvimento com a comunidade, enfim, com a referida filosofia e cultura social e política da entidade gestora/executora.

Não é, pois, uma escolha neutra.

Dado este projeto se destinar a intervenção social, optou-se, para a gestão e desenvolvimento do projeto, pela Metodologia do Marco Lógico (ML).

Esta opção justifica-se pelo facto de considerarmos que a ação social implica um relacionamento mais ou menos intenso com públicos que, eles mesmos, são a razão de ser dos serviços sociais que as instituições prestam. Isso, só por si, implica, em tese, um envolvimento, mais ou menos ativo, desses públicos, no planeamento dos ditos serviços.

Ora, sendo o ML, como veremos, baseado no constante envolvimento de setores da comunidade (apropositadamente chamados “envolvidos/as”), pareceu ser o mais adequado.

Igualmente, pesou na decisão o facto do ML ser uma metodologia universal, ou seja, adaptável a qualquer tipo de público e área técnica e científica.

8.2 As especificidades do Marco Lógico

8.2.1 Um pouco de história

O ML surge na América do Sul, com esse nome, em 1984, no Perú, no decurso dos trabalhos de um projeto de reabilitação, precisamente, de um bairro social, financiada pelo Banco Mundial. A partir daí, o mesmo Banco Mundial sistematizou os frutos teóricos e metodológicos dessa experiência e, com o apoio de algumas Escolas Superiores latino-americanas e europeias, construiu o corpo conceptual e metodológico do ML, tendo o Banco Mundial, em 1985, publicado o primeiro “Manual da metodologia do Marco Lógico”, sucessivamente atualizado nos anos seguintes.

O ML é, pois, para as áreas da saúde, educação, cultura, ação social, a metodologia de projeto adotada, para além do Banco Mundial, por diversas entidades públicas em países como o Brasil, Argentina, Perú, Bolívia, México, por alguns governos autónomos de Espanha, na República da Irlanda, Holanda, Dinamarca e Suécia, por organismos internacionais como a UNESCO, OMS, OCDE, pelo Banco Asiático para o Desenvolvimento, pelo Banco Africano para o Desenvolvimento e por ONG’s de referência como a AMI, a OIKOS, a EAPN, entre



outros. A própria Comissão Europeia, após ter apoiado seminários e publicações sobre o tema desde 1986, assumiu, em 2002, o ML como metodologia a recomendar para os projetos sociais a co-financiar por fundos comunitários.

Em Portugal foi objeto de alguma divulgação, em início dos anos 90, fruto de colaborações entre escolas superiores portuguesas e brasileiras, da área das ciências sociais (mormente, pelas ISCTE, Universidade de Évora, Institutos Superiores de Serviço Social de Porto, Lisboa e Beja, onde o ML foi objeto de abordagem académica). Nesses anos 90 e na primeira década do século XXI, o ML foi sendo formalmente adotado, pelas diversas tutelas nacionais e europeias, como metodologia, em projetos cofinanciados nos Programas Nacionais de Luta Contra a Pobreza, nos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão (PNAI), nos Programas de Iniciativa Comunitária NOW e HORIZON e YOUTHSTART, nas sucessivas gerações do Programa LEADER e do Programa ESCOLHAS, nos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), na implantação da Redes Sociais Locais, entre outras medidas de política social. O fruto evidente disso é a introdução da prática de “parcerias” e “consórcios”, como norma.

8.2.2 Os princípios do Marco Lógico

O ML, como metodologia que busca facilitar o acesso à participação aberta no ato de planejar, assenta em princípios que a ajudam a compreender.

A **participação dos/as “envolvidos/as”** será a marca principal que distinguirá o ML das restantes metodologias de projeto. O conceito de “envolvido/a” engloba todos/as aqueles/as que, de algum modo, são “tocados/as” pela situação/problema cuja resolução se irá projetar. Pressupõe esta metodologia que todos/as os/as “envolvidos/as” devem participar em todas as etapas do ato de projetar, mas de acordo com parâmetros, definidos como “força”, “expetativa” e “capacidade de envolvimento”, cuja avaliação vai determinar o tipo e intensidade de envolvimento de cada. Por “força”, entender-se-á o peso, pessoal ou institucional, daquele “envolvido/a”, no ambiente onde o projeto irá decorrer, na perspetiva do facilitar do dito envolvimento da comunidade “tocada” pelo mesmo e agilizando a tomada de decisões; por “expetativa”, entender-se-á aquilo que cada envolvido/a espera com a concretização do projeto, que determinará a expectável intensidade da participação desse envolvido/a; por “capacidade de envolvimento” entender-se-á o conjunto de meios (políticos/as, técnicos/as, humanos) que, na realidade, o/a envolvido/a quererá e poderá disponibilizar para a consecução dos objetivos do projeto.

Isto significa que, logo na primeira fase do projeto, a identificação do problema, os/as “envolvidos/as” são hierarquizados de acordo com o cruzamento desses três critérios e, assim,



será determinado o seu papel e a intensidade do envolvimento nas várias fases, mormente nos processos decisórios.

Desse primeiro princípio deriva o segundo, o **primado da decisão técnica**. Muito criticado, precisamente, pelo facto de privilegiar a participação, o ML, contudo, defende que, embora essa participação dos/as “envolvidos/as” não seja um mero ritual, mas, sim, algo de decisório, tem de existir um primado da decisão técnica. Tal significa que os contributos dos/as envolvidos/as, sejam políticos, técnicos, ou meras opiniões, serão todos importantes, mas não podem violar princípios técnicos que coloquem em causa o projeto (que constituem a sua “linha vermelha”), que devem ser colocados na mesa, nas sucessivas reuniões com os/as envolvidos/as. Um exemplo clássico, nos diversos Manuais do ML, é o das “paredes mestras” de um edifício, num projeto de arquitetura: estas nunca poderão “ir abaixo”, por muito que os/as envolvidos/as o desejem, pois isso faria o edifício cair. Daí que o ML não seja uma metodologia “populista”.

O terceiro princípio do ML é a **causalidade**. O ML baseia-se na sucessiva construção de “Árvores” que encadeiam causas e efeitos e permitem, ao mesmo tempo, compreender os problemas e visualizar a sua resolução, num efeito em cadeia.

Ainda que considerado simplista, este sistema de “Árvores” e, na fase final do planeamento, com a Matriz, esta “causalidade” possibilita o quarto princípio, o da **perceptibilidade**. De facto, a tal democraticidade do processo de planeamento implicava que as suas ferramentas e os seus instrumentos fossem de leitura e interpretação fácil por todos/as os/as envolvidos/as.

Finalmente, o princípio da **flexibilidade**. Embora as fases clássicas do processo de projetar estejam presentes (Diagnóstico, Conceção, Gestão e Avaliação), no ML as mesmas não são estanques e estão em constante reformulação: as ditas “Árvores” e a Matriz de planeamento obrigam a que uma alteração em qualquer uma delas obrigue a uma automática reformulação do todo planeado.

Importa, então, ver como funciona, na prática, o ML.

8.3. A aplicação prática do Marco Lógico

8.3.1 Como funciona a Metodologia do Marco Lógico (ML)

O Marco Lógico, também conhecido como Matriz Lógica, Quadro Lógico, *Logframe*, etc., é uma das mais difundidas metodologias utilizadas no planeamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. O Marco Lógico tem como seu principal produto a Matriz do Marco Lógico (MML) ou Matriz de Planeamento do Projeto (MPP), ou ainda *Project Design Matrix* (PDM), verdadeiro instrumento de gestão do projeto.

Descritivamente, o seu produto é uma matriz quatro por quatro, geralmente, começando do nível mais básico (geralmente atividades) no canto inferior esquerdo e subindo numa hierarquia logicamente organizada, do mais simples e parcial, para o mais complexo e global.

Ou, inversamente, de cima para baixo, a primeira das categorias é a Finalidade ou Objetivo Superior ou ainda, Objetivo de Desenvolvimento; segue-se o Propósito do Projeto ou Objetivo do Projeto; logo abaixo vêm os Componentes, Resultados ou Produtos do Projeto, ou seja, os resultados esperados; e, finalmente, no nível mais baixo, as Atividades. Para cada uma dessas categorias elabora-se uma Descrição ou Resumo Narrativo, seus respectivos Indicadores e correspondentes Fontes/Meios de Verificação e os seus Pressupostos, Supostos ou Premissas. Com isso, tem-se a seguinte matriz de desenho do projeto ou Matriz de Planejamento do Projeto (MPP), ou Matriz do Marco Lógico (MML); a nomenclatura usada pode variar:

Quadro n.º 3: Matriz de Planejamento de Projeto (MPP)

Resumo Narrativo	Indicadores	Meios de Verificação	Pressupostos
Finalidade			
Propósito			
Componentes			
Atividades			

Analiticamente, o Marco Lógico (ML) consiste numa estrutura de implicações lógicas de causa-efeito com relação a uma situação-problema, e de meios-fins em relação à intervenção proposta para mudar a situação-problema. Consiste, portanto, num conjunto de conceitos inter-relacionados que definem as causas de uma intervenção (projeto), bem como o que deve ser feito (estratégia) para alcançar o resultado desejado.

Nesse sentido, mais que uma ferramenta de organização da informação, o ML é um instrumento de análise sistêmica e de levantamento e teste das alternativas que irão compor uma proposta de intervenção (projeto). Ou seja, o ML apresenta a lógica que justifica a intervenção e o desenho da própria intervenção.

A metodologia do ML tem como ponto de partida uma **Análise de Situação**, que compreende o estabelecimento de: uma **Árvore de Problemas**, consistindo num sistema hierarquizado de relações causa-efeito de um problema original; uma **Árvore de Objetivos ou Árvore de**



Soluções, construída a partir dessa cadeia de causalidade para propor um conjunto de relações meios-fins como alternativas de solução para o problema original; uma Análise de *Stakeholders*, cuja finalidade é mapear as alternativas de intervenção e as estratégias disponíveis conforme os potenciais, limitações e interesses da cada *stakeholder*; e assim contribuir para a análise de riscos de uma intervenção, mediante a identificação e avaliação dos seus pressupostos; uma **Matriz de Decisão**, a partir da qual se passa ao planeamento da intervenção propriamente dita.

O ML é uma metodologia que serve tanto para o planeamento como para preparação e avaliação de projetos: estrutura o projeto, estabelecendo categorias de intervenção ordenadas da mais ampla e complexa para a mais estrita, simples e específica, cada uma delas com suas respetivas metas (que são denominadas impropriamente “indicadores objetivamente observáveis”). O seu *output* é a Matriz de Desenho do Projeto (*Project Design Matrix*), também chamada de Matriz do Marco Lógico (MML) ou Matriz de Planeamento do Projeto (MPP), já antes referida, que é o documento que descreve a estrutura lógica da intervenção.

Embora seja uma metodologia bastante disseminada, o Marco Lógico, nos seus diversos modelos, possui alguns pontos que apresentam fragilidades, que importa referir, até para ficarmos cientes que esta metodologia de projeto não é uma “bíblia”. Vale a pena gastarmos algumas linhas com este assunto.

Primeiramente, porque, enquanto metodologia de análise sistémica e de levantamento e teste das alternativas, o ML é fortemente afetado pelas perspetivas adotadas pelos/as seus/suas formuladores/as. Por isso, sua grande vulnerabilidade reside na seleção destes, seja a elaboração restrita aos/às consultores/as, especialistas e à equipa de projeto, seja realizada segundo uma estratégia aberta à participação dos/as executores/as.

Em segundo lugar, a Matriz do Marco Lógico (MML) perde especificidade ao estabelecer uma única coluna para “Indicadores”, sem apontar as suas linhas de base e sem distingui-los das metas. “Metas” são compromissos expressos em termos de um objeto a ser realizado, em certa quantidade e em certo período de tempo. “Indicadores” são instrumentos de mensuração, que podem estar associados a metas ou não. Aplicam-se a problemas, pressupostos, inputs, outputs, processos, efeitos (*outcomes*) e impactos. “Efeitos” e “impactos”, por exemplo, podem ser positivos e/ou negativos, previstos e/ou imprevistos. “Metas”, por outro lado, são sempre resultados previstos e desejáveis, jamais imprevistos e/ou indesejáveis. Naturalmente, se confundirmos metas com indicadores, estes perdem uma importante função de “red flags”, ou seja, de sinalizadores de problemas, efeitos e/ou impactos indesejáveis. Além disso, para permitir o acompanhamento de médio e longo prazo das mudanças, os indicadores devem ser fixos e estáveis, enquanto as metas devem ser flexíveis e cambiantes. Por isso, a MML deveria incluir uma coluna específica para metas e outra para indicadores e suas linhas de base.



Por fim, a MML incorpora os Pressupostos, mas não se refere aos seus indicadores, portanto não sinaliza a importância do seu monitoramento. Pressupostos são condicionalidades que se interpõem à consecução dos objetivos e metas de um projeto. Situam-se fora da governabilidade do projeto, mas admitem a influência do/a gestor/a. Por tudo isso, devem ser monitorizados a partir de indicadores objetivamente observáveis. Recomenda-se que essa coluna passe a denominar-se (e a conter) “Pressupostos e seus Indicadores”.

Embora seja, sem dúvida, uma poderosa ferramenta, o ML tem uma definição demasiado ampla. Cobre quase todo o ciclo do projeto, e frequentemente substitui ou se sobrepõe às outras metodologias. Por exemplo, há projetos sem Diagnóstico, onde este é substituído pela Árvore de Problemas do ML, sem ter a referência empírica que o Diagnóstico ofereceria. São comuns os projetos sem sistema de monitoramento e avaliação, que costuma ser substituído pelos indicadores do ML, carecendo do arranjo institucional específico, que é essencial para a monitoragem e a avaliação.

Conscientes destas limitações e riscos, sublinhamos que o que leva a optar por esta metodologia é, precisamente, o facto de ela ser *simples* e simplificada (logo, acessível à compreensão de todos os “envolvidos”, logo, à participação), mas sem ser *simplista*,

Em suma, o ML organiza-se, fundamentalmente, a partir do conceito de “**Problema**”, que corresponde a uma situação identificada, que apresenta consequências negativas, indesejáveis, injustas, etc. e que por isso requer intervenção. Nesse sentido, “problema” é o desfazamento entre uma situação real, insatisfatória ou indesejada, e uma situação desejada. Todos os “problemas” têm que obedecer a dois critérios: **ser concretos**, ou seja, têm que ser reais - não podem estar relacionados com juízos de valor ou suposições; e **ser sustentados**, quer dizer, um problema tem que ter fundamento, sendo baseado em dados, estatísticas, ou argumentos que demonstrem que se trata de um problema, e não de um falso problema (que não tem consequências) e que é relevante. Os problemas, segundo o ML, devem ser redigidos na negativa, expressando situações problemáticas (ausência, carência, obsolescência, falta de capacidade, ineficiências, descoordenação, atraso, intempestividade, baixa qualidade, baixa confiabilidade, perda, fragilidade, etc.). E devem ter conteúdo significativo, descrevendo uma situação de modo sintético, em poucas palavras (exemplo: computadores obsoletos, alto número de erros, baixos salários, rede congestionada, mau atendimento ao cidadão, etc.).

8.3.2. Os passos do Marco Lógico

Após a identificação do “problema”, o passo seguinte na edificação do ML, é a construção de uma **Árvore de Problemas**. A Árvore de Problemas é uma metodologia destinada a relacionar os problemas existentes numa área, de forma integrada, obtendo um esquema em que se definem os que são causas e os que são consequências.

Essa tarefa inicia-se com uma listagem exaustiva dos problemas existentes na área em que se pretende intervir. Obtida a listagem, será necessário construir uma hierarquia na qual os problemas surjam relacionados uns com os outros. O ponto de partida para isso é um processo de *brainstorming*, no qual os/as envolvidos/as procurem identificar o **problema central**, ou seja, o problema causado por todos os outros. A pergunta que pode ser feita para isso é: "Qual destes problemas é causado por todos os outros?" Este problema fica posicionado num ponto mais elevado de um quadro, acima dos restantes. Em seguida, relativamente aos restantes, coloca-se a seguinte questão: "Este problema resulta da existência dos restantes problemas?" Faz-se o mesmo com cada um dos restantes até encontrar aquele que é verdadeiramente o **problema central**.

A pergunta seguinte é: Quais os problemas que estão na origem do problema central? Ou seja: quais os problemas que estão a causar o problema central? A ideia é ter um conjunto de problemas na parte inferior do quadro, dos quais se poderá afirmar que contribuem para a existência do problema que está colocado na parte superior do quadro, ou seja, o **problema central**.

Para todos os problemas que não o central, a tarefa seguinte é procurar aqueles que estão diretamente na sua origem, isto é, os "**problemas de 1º nível**". Depois, continua-se a construção da "Árvore", procurando as causas diretas dos problemas de 1º nível, que serão os "**problemas de 2º nível**". Para isso, coloca-se a questão: "que problemas contribuem diretamente para a existência de cada problema de 1º nível?". E assim por diante, até obter uma árvore. Os problemas de primeiro nível são problemas-causa do problema principal. Os problemas de segundo nível são os problemas-causa dos problemas de primeiro nível. Os problemas de terceiro nível são os problemas-causa dos problemas de segundo nível. E assim por diante, até se chegar ao(s) chamado(s) problema-terminal ou causa-raiz.

Numa Árvore de Problemas o caule é o **problema central**, que é o motivo da intervenção. As raízes compreendem o conjunto de suas causas diretas e indiretas, ordenadas segundo antecedência temporal ou causal. A copa são as consequências do problema principal. A finalidade deste processo é identificar um conjunto de relações de causa e efeito, num encadeamento hierárquico, no qual múltiplas causas, em diferentes níveis, combinam-se para produzir um efeito. Pela lógica, a intervenção deverá incidir sobre as causas de modo a solucionar o que é o efeito, ou seja, o problema principal.

Se o problema central é originado pelos problemas-causa, então, quando estes forem resolvidos, o problema central deverá estar sendo solucionado. Se no sentido descendente couber a leitura: "O problema A é causado pelos problemas B e C"; no sentido ascendente caberá: "Se resolvermos o problema B e C, estamos a resolver o problema A".

Os únicos problemas que não têm causa são os que estão nas pontas da raiz da árvore - **problemas terminais ou causa-raiz** - são estes os que se deve "atacar". Mas é possível



encontrar problemas terminais em qualquer nível. Pode haver um problema terminal que origina diretamente o **problema central**.

Os passos para a realização da Árvore de Problemas são: (1) identificação dos diversos problemas em uma área de intervenção; (2) ordenamento temporal dos problemas; (3) classificação dos problemas segundo suas relações de causa e efeito em problema central, problemas de primeiro nível, segundo nível, etc.; (4) classificação dos problemas segundo o seu status como condição necessária, condição suficiente e condição contribuinte; (5) estabelecimento das correlações entre os problemas, com as causas convergindo para um efeito, que é o problema central, e com a identificação dos problemas terminais ou causas-raiz.

Este processo será tão mais rico e preciso quanto maior for o número e melhor for a qualidade dos dados à disposição dos/as envolvidos/as ou quanto maior ou mais profundo for o seu conhecimento do problema. Porém, o fator decisivo é a capacidade de estabelecer o nexos lógico entre os problemas, de modo a constituir uma cadeia de causa e efeito. Para o teste dessa cadeia causal, vale a “regra dos porquês”, segundo a qual um nexos causal só é válido se ao se perguntar o porquê de um problema a resposta for a causa identificada.

O passo seguinte na formulação do ML é a construção de uma **Arvore de Objetivos**, na qual as relações causa-efeito são reformuladas de maneira a darem origem a relações meios-fins, onde cada fim é um problema solucionado, que funciona como meio para a solução do problema subsequente. Uma Árvore de Objetivos ou Árvore de Soluções é sempre construída de baixo para cima.

Uma Árvore de Objetivos não precisa ter nenhum tipo de restrição resultante da análise do contexto. Ou seja, é uma construção mais lógica e do que empírica. A consideração à realidade empírica é introduzida com a Análise das Alternativas, que consiste em identificar estratégias alternativas a partir de diferentes combinações de meios e fins, com base na Árvore de Objetivos. A Análise de Alternativas depende da aplicação de um conjunto de critérios e da Análise de Envolvimento dos Atores. São exemplos de critérios para a Análise das Alternativas: recursos disponíveis (humanos, tecnológicos, materiais, financeiros); duração do projeto; viabilidade política; sustentabilidade; impacto ambiental; relação benefício-custo; entre outros. O passo seguinte consiste em selecionar uma ou mais alternativas a partir dos critérios estabelecidos. Após identificar a alternativa, passa-se à construção da Matriz de Planejamento do Projeto (MPP), que constituirá o elemento dinâmico de gestão.

8.3.3. Razão estruturante da escolha metodológica

Em conclusão e no caso vertente, esta metodologia de intervenção assenta no pressuposto da promoção e o envolvimento dos indivíduos e suas famílias na definição do seu projeto de vida e no projeto de vida da comunidade que é o Bairro (EHS), fomentando progressivamente a sua



capacidade de autonomia e participação, pretendendo contribuir para a diminuição dos fenómenos de segregação, precaridade, exclusão social, normalmente, associados aos núcleos habitacionais sociais, através de uma clara apropriação do seu destino pessoal e do destino coletivo, ou seja, o seu, dos seus e do seu território.

9. As operações deste projeto, suas tipologias e atividades

9.1. TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 1 – PROMOÇÃO DE PARCERIAS DE CARÁTER INOVADOR E EXPERIMENTAL QUE ENVOLVAM UMA AMPLA GAMA DE ENTIDADES

Objetivo Específico

Criar a estrutura institucional de governação do projeto, empoderando os/as envolvidos/as para uma gestão participada do mesmo, enquanto oportunidade de inovação/experimentação social e apropriação territorial.

Consideramos “parceiros/as consorciantes” as entidades que vão ter um “envelope financeiro”, proveniente do orçamento do projeto, para desenvolver atividades no mesmo.

Consideramos “parceiros/as envolvidos/as”, qualquer pessoa ou organização, presente e/ou originária da comunidade, que propõe, define e desenvolve atividades do projeto e/ou as desenvolve, sem ter um “envelope financeiro” para gestão direta.

Descrição da tipologia de ações a desenvolver

- **Ação 1** – Identificação dos/as parceiros/as consorciantes, aferindo a sua relação com os restantes “parceiros/as envolvidos/as”.
- **Ação 2** – Aprofundamento, com os “parceiros/as consorciantes” referidos, da análise das expressões locais das problemáticas onde o projeto vai incidir, definindo as linhas dominantes de intervenção.
- **Ação 3** – Definição da estrutura formal de governação, execução do projeto e afetação de recursos.
- **Ação 4** – Ações de reflexão e aprofundamento da teoria e prática da gestão de projetos numa perspetiva da Metodologia do Marco Lógico, das equipas de organização e gestão do projeto e de execução no terreno.



9.1.1. Atividades previstas na Tipologia de Operações 1 - Ação 1

▪ **Atividade 1 – Identificação dos/as parceiros consorciantes e parceiros/as envolvidos/as**

Objetivo específico: Apresentar o projeto a eventuais “consorciantes” e “envolvidos/as” identificados/as e formalizar o seu envolvimento e nível do mesmo, em documento consorcial, na prossecução do projeto.

- *Tarefas afetas à Atividade 1*

- Sinalização, ou confirmação, dos/as parceiros/as “consorciantes” e “envolvidos/a”, a considerar.
- Sinalização, ou confirmação de outros parceiros/as, a considerar como pontualmente “envolvidos/as”, provenientes de parcerias institucionais já existentes mormente da Rede Social, CPCJ, Institutos Públicos (IEFP, Segurança Social e IPDJ), da Administração Central e Local (Autarquias de Freguesia, Escolas, ACES e outros), ou outras entidades privadas, com ou sem fins lucrativos.

Parceiros Destinatários/as na Atividade 1

- Câmara Municipal de Penafiel (entidade responsável);
- Entidades locais sem fins lucrativos nas áreas da cultura, desporto, ação social e desenvolvimento local;
- Instituições e entidades integrantes da Rede Social do Concelho de Penafiel.

Esta atividade está concluída, à data da submissão da candidatura.

▪ **Atividade 2 – Formalização do consórcio**

Objetivo específico: Formalizar a parceria consorcial

- *Tarefas afetas à Atividade 2*

- Discutir os termos de referência do “Acordo de Consórcio” (para parceiros/as consorciantes) e, se e quando necessário de “Acordo de parceria” (para parceiros/as “envolvidos/as”);
- Redação do texto de Acordo de Consórcio;
- Assinatura do Acordo de Consórcio;
- Redação do texto de Acordo de Parceria/Envolvimento;
- Assinatura do Acordo de Parceria/Envolvimento.



Parceiros/as Destinatários/as na Atividade 2

- Câmara Municipal de Penafiel;

- Parceiros/as Consorciantes:

- ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;
- ACRDGFP - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel

- Parceiros/envolvidos a identificar

Esta atividade está concluída, à data da submissão da candidatura, resultando que se estabeleceram compromissos com os parceiros consorciantes, devidamente identificados nos documentos de acordo de consórcio obrigatórios:

- ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;
- ACRDGFP - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel

Os critérios que presidiram à seleção destes parceiros consorciantes foram, basicamente, os seguintes:

- A ADISCREP, como associação de desenvolvimento local, desde 2007 que, numa perspetiva integrada, aposta no desenvolvimento humano e social do Concelho. Assim, a Associação tem incrementado diversas ações de âmbito social, cultural, desportivo e recreativo, através de valências e atividades permanentes como a Universidade Sénior, Clube Sénior, Artes Cénicas e Artes decorativas tradicionais, onde se dinamizam cerca de 150 associados/as, que frequentam diariamente, essas atividades.

Na concretização dessas ações, conta com uma equipa multidisciplinar de 30 colaboradores/as e voluntários/as, nas mais diversas áreas, como saúde, cultura e sociedade, desporto, línguas estrangeiras, artes plásticas, ciências sociais e humanas, tecnologia e comunicação, entre outras.

A ADISCREP, dispõe, em termos logísticos, para o desenvolvimento das suas atividades, de quatro salas para aulas ou outras atividades grupais, uma receção, uma sala de convívio, duas cozinhas equipadas, casas de banho equipada para ambos os sexos e para deficientes e um polivalente. Existe, também, um espaço exterior de estacionamento e recreio.

Portanto, é evidente que é uma mais valia para este projeto a participação da ADISCREP.

- A ACRDGFP, fundada há 39 anos, tem sede no Bairro onde este projeto vai intervir. O seu trabalho é bastante apreciado e reconhecido no Concelho, dada a qualidade e fidelidade



etnográfica, que caracteriza as recolhas de trajos, danças, cantares, tradições orais que servem de base às suas frequentes atuações, um pouco por todo o País. Organiza o reputado Festival de Folclore Internacional da Cidade de Penafiel, e, anualmente, realiza o Encontro de Janeiras, recria o Baile dos Pedreiros, nas Festas do Corpo de Deus, organiza o Encontro de Etnografia do Tâmega e Sousa e é presença na Agrival. Até pela sua presença ativa no quotidiano do Bairro, faz sentido esta parceria consorciante.

9.1.2. Atividades previstas na Tipologia de Operações 1 - Ação 2

▪ **Atividade 1 - Definição das linhas dominantes de intervenção**

Objetivo específico: Discutir e construir, com os/as consorciantes e envolvidos/as, da Árvore de Problemas, Árvore de Objetivos e Análise de Alternativas.

- *Tarefas afetas à Atividade 1*

- Sinalizar e discutir os problemas onde se intervirá;

Parceiros/as / Destinatários/as na Atividade 1

- Câmara Municipal de Penafiel (entidade responsável);

- Parceiros consorciantes:

- ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;
- ACRDGFP - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel

▪ **Atividade 2 – Elaboração da Matriz de Planeamento do Projeto**

- *Tarefas afetas à Atividade 2*

- Transformar as “Árvores” numa Matriz de Planeamento.

Parceiros/as envolvidos/as na Atividade 2

- Câmara Municipal de Penafiel;

- Parceiros/as consorciantes:

- ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;
- ACRDGFP - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel



Esta atividade está concluída em 30% à data da submissão da candidatura.

9.1.3. Atividades previstas na Tipologia de Operações 1 - Ação 3

▪ **Atividade 1 - Definição da estrutura formal de governação e execução do projeto**

Objetivo específico: Definir a estrutura formal de gestão do projeto.

• *Tarefas afetas à Atividade 1*

- Definir, com os/as outros parceiros consorciantes, aqueles que integram, juntamente com a entidade Coordenadora do consórcio, a estrutura formal de governação e execução do projeto (Unidade de Gestão) e respetivas responsabilidades;
- Elaborar o Regulamento de funcionamento da referida Unidade de Gestão;
- Definir o perfil técnico e profissional dos recursos humanos a recrutar pelos membros do consórcio, por causa do projeto e proceder às formalidades de recrutamento.

Parceiros/as Destinatários/as na Atividade 1

- Câmara Municipal de Penafiel (entidade responsável);
- Parceiros consorciantes:
 - ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;
 - ACRDGFP - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel

9.1.4. Atividades previstas na Tipologia de Operações 1 - Ação 4

▪ **Atividade 1 - Definir objetivos, conteúdos, calendário e executar sessões de reflexão e aprofundamento da teoria e prática da gestão de projetos numa perspetiva da Metodologia do Marco Lógico**

Objetivo específico: Proporcionar aos elementos do consórcio e eventuais envolvidos/as, momentos de reflexão e aprofundamento, durante toda a execução do projeto, sobre teoria e prática da gestão de projetos na perspetiva do ML, como forma de aperfeiçoamento constante e contínuo da execução do Projeto.

Tarefas afetas à Atividade 1

- Definir conteúdos e executar *workshops* temáticos, com duração total de 16 horas, de acordo com o seguinte referencial de orientações temáticas:



A) Objetivos

- Dotar os/as técnicos/as do promotor, dos consorciantes e outros eventuais envolvidos, de capacidades, atualizadas permanentemente perante a realidade do terreno ditada durante a execução do projeto, que lhes permitam gerir eficazmente o projeto, assim como extrair informações, relatórios, (re)orientações técnicas necessárias ao seu desenvolvimento;
- Percecionar que o “projeto” pode não ser só um instrumento de intervenção, mas uma ferramenta metodológica;
- Familiarizar os/as técnicos/as com as componentes metodológicas e instrumentais das várias fases da definição e determinação da natureza, fundamentação, finalidade e modelo organizativo de um projeto;
- Munir os/as técnicos/as com as componentes metodológicas e instrumentais das várias fases de desenvolvimento, acompanhamento, controlo da execução e avaliação de um projeto.

B) *Workshops* temáticos curtos, conteúdos a abordar e ocupação horária previsível

1. Antropologia do projeto: O “projeto” como forma de perceção e apropriação do tempo e do espaço e como instrumento de legitimação de condutas de antecipação em relação ao futuro (2 h)
2. Desenhar, arquitetar, gerir, desenvolver e avaliar projetos e seus métodos, metodologias e técnicas: o uso da Metodologia do “Marco Lógico” e sua justificação (4 h)
3. Etapas de planeamento e avaliação no “desenho” do projeto, segundo o Marco Lógico (6 h)
4. Boas práticas de projeção de acordo com o Marco Lógico: alguns exemplos (2 h)
5. O projeto e suas fontes de financiamento: Variável dependente ou independente? (2 h)

C) Métodos e Técnicas a utilizar

- Utilizar-se-ão, na comunicação e interação, métodos expositivos e demonstrativos, como base. Os métodos interrogativos aparecerão episodicamente.
- Toda a abordagem será feita com recurso, nomeadamente, à técnica do “case study”, tendo como base casos ligados a problemática da exclusão social, não só como ilustração, mas como convite a um acompanhamento crítico das propostas contidas.

Parceiros/as na Atividade 1

- Câmara Municipal de Penafiel (entidade responsável);



- Parceiros consorciantes;
 - ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;
 - ACRDGFP - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel
- Eventuais Parceiros envolvidos a definir

Destinatários/as da Atividade 1

Recursos humanos afetados e/ou a afetar pelos/as consorciantes (num total de 6 pessoas).

METAS DA TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 1:

- A parceria operativa de Gestão e Execução do Projeto estará criada, formalizada e regulamentada;
- As Ações e Atividades estarão planificadas e o seu cronograma elaborado.
- As sessões de reflexão e aprofundamento da teoria e prática da gestão de projetos são realizadas.

EVIDÊNCIAS DA EXECUÇÃO:

- Documentos de compromisso de consócio subscritos pelos intervenientes;
- Existência Física documental de Plano de Ações e Atividades
- Folhas de presença ou outros documentos que atestam presença dos/as destinatários/as e envolvidos nas ações e atividades que lhe são concernentes.

INDICADORES DE SUCESSO:

- Os parceiros consorciantes e os parceiros envolvidos estiveram em 90% das atividades onde era esperado estarem.



9.2 TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 2 – REDUÇÃO DA POBREZA, DA EXCLUSÃO SOCIAL E DO DESEMPREGO EM TERRITÓRIOS URBANOS PROBLEMÁTICOS

Objetivo Específico

Potenciar a vivência de “Bairro” como fator de dinamização de estratégias individuais e coletivas de afirmação dos Bairros e dos/as seus/suas habitantes, como unidade social integradora em todas as dimensões da vida, da mundievidência e da mundivivência.

Descrição da tipologia de ações a desenvolver

- **Ação 1** – Ações de capacitação para a autonomia, a cidadania, a inclusão e a empregabilidade.
- **Ação 2** – Ações de capacitação de mediadores/as comunitários/as locais.

9.2.1 Atividades previstas na Tipologia de Operações 2 – Ação 1 “Ações de capacitação para a autonomia, a cidadania, a inclusão e a empregabilidade”

Objetivo específico: Capacitar 10 dos/as residentes no EHS referido, para que os/as mesmos/as consigam descobrir, identificar, atualizar, complementar e/ou ampliar conhecimentos e habilidades, pessoais, sociais e profissionais, necessárias à participação em processos de inclusão social, ao qual a pessoa que, por razões objetivas ou subjetivas, não acede ou usufrui das políticas e medidas de política disponíveis de formação, inserção e inclusão, se vincula ou poderá vincular.

Atividade 1: Identificar e conhecer as necessidades de capacitação pessoal, social e profissional, presentes dos/as residentes, que se encontram em situações de risco ou mesmo de exclusão, como adiante especificado, que, claramente, sejam limitadoras de possibilidades de integração social e profissional

Tarefa afeta à Atividade 1:

Realização de diagnóstico de necessidades de intervenção em áreas capacitadoras, com recurso a adequada metodologia de participação ativa dos/as “envolvidos/as” em todo o processo.

Parceiros/as /membros/as do consórcio e envolvidos/as na Atividade 1

- Câmara Municipal de Penafiel (Entidade responsável)



- Parceiros/as consorciantes:

- ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;
- ACRDGFP - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel

- Eventuais Parceiros/as envolvidos/as a definir.

Destinatários/as na Atividade 1

Residentes no EHS referido, que, por razões objetivas ou subjetivas, não possuam capacidades ou recursos para construir e manter atitudes positivas e ativas relativas ao quotidiano vivencial do Bairro, na gestão do seu espaço doméstico e espaços coletivos, assim como apresentam particulares dificuldades perante o trabalho e o emprego, perante o ensino, a aprendizagem e a formação profissional, nomeadamente os que estejam em alguma ou algumas das seguintes situações:

- Cidadãos/ãs que são ou tenham sido desempregados/as de longa ou muito longa duração, à procura do primeiro emprego, beneficiários/as de medidas de proteção social (RSI/RMG, subsídio de desemprego ou outro tipo de prestação ou apoio social público), assim como do atendimento social das instituições, mas desprovidos/as de qualificações ou habilidades pessoais e sociais para a procura de emprego ou de qualificação, ou, mesmo, que, por esses e outros motivos objetivos ou subjetivos, não acedem aos sistemas formais e correntes de formação profissional ou procura de emprego;
- Outros/as cidadãos/ãs em risco de exclusão que, por razões diversas, estão fora dos públicos contemplados pelas respostas sociais institucionais no apoio ao emprego e à inclusão social;
- Cidadãos/ãs cujo sentimento de desfiliação e de precariedade económica contribuam ou possam contribuir para uma criação ou desenvolvimento de comportamentos que agravem esses sentimentos;
- Jovens em risco de abandonarem o sistema de ensino, mas que não possuem capacidade objetiva ou subjetiva para aceder a respostas formais de formação.

▪ **Atividade 2 – Preparação e execução de ações**

Objetivo específico: Realizar as tarefas pedagógicas e administrativas inerentes às diferentes fases da preparação e execução das ações de capacitação.

Tarefas afetas à Atividade 2:

- Seleção dos/as residentes destinatários/as;



- Desenvolvimento do percurso adequado a cada destinatário/a, conforme “Modelo de referencial de atividades capacitadoras disponibilizadas”, explicitado mais à frente. Cada destinatário/a poderá participar em uma ou mais das atividades capacitadoras propostas, como à frente se explicita.

Parceiros/as /membros/as do consórcio envolvidos/as na Atividade 2

Câmara Municipal de Penafiel (entidade responsável);

Destinatários/as na Atividade 2

Residentes no EHS como atrás referido, com as seguintes características:

- Cidadãos/ãs que são ou tenham sido desempregados/as de longa ou muito longa duração, à procura do primeiro emprego, beneficiários/as de medidas de proteção social (RSI/RMG, subsídio de desemprego ou outro tipo de prestação ou apoio social público), assim como do atendimento social das instituições, mas desprovidos/as de qualificações ou habilidades pessoais e sociais para a procura de emprego ou de qualificação, ou, mesmo, que, por esses e outros motivos objetivos ou subjetivos, não acedem aos sistemas formais e correntes de formação profissional ou procura de emprego;
- Outros/as cidadãos/ãs em risco de exclusão que, por razões diversas, estão fora dos públicos contemplados pelas respostas sociais institucionais no apoio ao emprego e à inclusão social;
- Cidadãos/ãs cujo sentimento de desfiliação e de precariedade económica contribuam ou possam contribuir para uma criação ou desenvolvimento de comportamentos que agravem esses sentimentos;
- Jovens, em risco de abandonarem o sistema de ensino, mas que não possuem capacidade objetiva ou subjetiva para aceder a respostas formais de formação.

Modelo de referencial de atividades capacitadoras a desenvolver:

1 Objetivos das atividades capacitadoras

1.1 Objetivo geral

Contribuir para combater, de forma simultânea, as causas da precariedade de proventos económicos e desfiliação, junto dos/as destinatários/as.

1.2 Objetivos específicos

- Promover o autoconhecimento de capacidades, habilidades e competências, como caminho para a construção de um projeto de vida pessoal/ familiar e profissional;
- Capacitar para a inclusão social por via da promoção do sentido de pertença cidadã, através do reforço/reconstrução dos laços sociais com a comunidade;
- Promover, de *forma propedêutica*, a capacitação e motivação para o acesso e usufruto das respostas estandardizadas existentes ao nível da formação escolar/profissional e da procura de emprego;
- Promover um contacto real com áreas de trabalho/negócio relevantes para a economia local;
- Contribuir para o reforço da economia local, demonstrando que a promoção da inclusão pode passar por soluções de emprego nesse âmbito.

Delineamos, para tal, **um conjunto de atividades capacitadoras**, de frequência individualizável (ou seja, num percurso definido para cada um, articulando as atividades indicadas) destinado aos/às residentes com qualquer dos perfis atrás referidos, que podem delas beneficiar, nas seguintes condições:

- A seleção dos/as destinatários/as das atividades capacitadoras será feita pela equipa do projeto;
- **As atividades “Balanço de competências” e “Capacitar para Igualdade e Não-discriminação” são de frequência obrigatória;**
 - Os/As destinatários/as poderão *optar*, de sua iniciativa, ou, preferencialmente, serem encaminhados/as, para tal, pela equipa técnica do projeto, por uma ou mais das restantes atividades capacitadoras à frente referidas, podendo, desse modo, construir um percurso capacitador adaptado a si próprio/a, de duração variável, **sendo que o conjunto das atividades do mesmo não poderá exceder a duração total de 258 h, para cada um/a dos/as residentes que frequentem as atividades;**
 - Cada atividade capacitadora não poderá ser frequentada por grupos superiores a 10 participantes;
 - A atividade capacitadora “Contacto com atividades profissionais” implica a prévia conclusão da atividade “Balanço de competências”;
 - Após a conclusão do seu percurso, os/as destinatários/as **serão encaminhados/as (e acompanhados/as nessa escolha, pela entidade beneficiária ou parceiros do consórcio), para RVCC, FMC, Cursos de Aprendizagem ou outros cursos profissionais ou de capacitação**, disponibilizados por entidades formadoras certificadas;
- ou
 - **Serão encaminhados/as para soluções de experimentação ou procura de emprego (mormente as unidades económicas onde fizeram a componente de contacto com experiências de trabalho, ou CENTRO QUALIFICA, GIP ou Centro de Emprego).**

2. Atividades capacitadoras disponibilizadas (duração média em horas previsíveis)	
Balço de competências (obrigatória)	50 horas
Capacitar para Igualdade e Não-discriminação (obrigatória)	8 horas
Gestão e organização da economia doméstica	16 horas
Gestão de conflitos familiares	16 horas
Sermos Pais/Mães competentes	12 horas
Literacia básica	36 horas
Noções básicas de informática	28 horas
Oficinas de atividades manuais e artesanais	28 horas
Contacto com atividades profissionais	20 horas
Contacto com locais de socialidade	16 horas
Educar para o empreendedorismo e autoemprego	12 horas
Capacitar para encarar o mercado de trabalho	16 horas

Teremos os seguintes objetivos específicos, para cada uma das atividades capacitadoras:

Balço de competências (Obrigatória - 50 h)

- Fazer conhecer, de forma aprofundada, individualmente, as capacidades e habilidades, capacitando o/a residente/a para o assumir de posturas ativas perante o traçar de um projeto de vida pessoal, familiar, social e profissional.

Capacitar para Igualdade e Não-discriminação (Obrigatória - 8 h)

- Adquirir os saberes necessários sobre direitos e deveres sociais, políticos e jurídicos, relativos às diferenciações em termos de sexo, género, cultura e comportamentos, no sentido de tornar o projeto de vida, a construir, num ato de pertença inclusiva a uma comunidade próxima e uma comunidade mais alargada.

Gestão e organização da economia doméstica (16 h)

- Despertar para a necessidade de uma construção de um ambiente familiar harmonioso e solidário, baseado em laços interpessoais solidários e construídos sobre um discurso de verdade sobre as capacidades económicas do agregado, assim como capacitar para a construção de modelos simples de gestão de um orçamento familiar realista reforçando a associação entre trabalho/rendimento/consumo.

Gestão de conflitos familiares (16 h)

- Despertar para a necessidade de uma construção de um ambiente familiar harmonioso, baseado em laços interpessoais solidários e construídos sobre um discurso e práticas de reconhecimento da dignidade de cada género e de cada papel familiar;

Ser Pais/Mães competentes (12 h)

-Motivar e potenciar a reflexão, adequação e transformação das práticas educativas familiares em pais, mães e filhos/as;

- Potenciar as competências parentais dos/as participantes;
- Criar redes de suporte e de apoio aos pais e mães;
- Maximizar a qualidade das interações entre a criança e a sua família;
- Promover a discussão de estratégias de gestão do comportamento das crianças.

Literacia básica (36h)

- Reforçar competências básicas na área da escrita, leitura e cálculo, como fator propiciador da ultrapassagem de situações anteriores de insucesso e abandono escolar e, simultaneamente, capacitar para a

construção de um discurso onde a obtenção da escolaridade obrigatória mínima seja assumida como um fator de sucesso pessoal e social;

Noções básicas de informática (28 h)

- Capacitar para utilizar, a nível elementar, as principais ferramentas informáticas, na ótica do/a utilizador/a.

Oficina de atividades manuais e artesanato (28 h)

- Proporcionar, através de atividades ligadas às artes manuais uma (re)ligação às tradições, proporcionando situações que obriguem à cooperação e às formas de trabalho coletivo para atingir um objetivo, induzindo a compreensão da importância dos laços sociais;

Contacto com atividades profissionais (20 h)

- Observar, contactar, ter conhecimento, com execução experimental, quando possível, de trabalho em situação real, feito em unidades económicas do território, com acompanhamento e supervisão pela equipa do projeto, visando testar as capacidades detetadas no balanço de competências.

Contacto com locais de socialidade (16 h)

- Perceber, na prática, o funcionamento de atividades sociais (movimento associativo, micro e pequenas empresas, simples vida familiar), que só são possíveis com a colaboração do indivíduo e do grupo e com regras, através de visitas a locais/ambientes distintos, a escolher de acordo com as características do grupo e balanço de competências.

Educar para o empreendedorismo e autoemprego (12 h)

- Evidenciar o fim do paradigma do trabalho dependente para toda a vida, no mesmo local, e por conta de outrem e como forma de desmistificar esse bloqueio cultural, ilustrar as virtualidades, possibilidades e viabilidades da criação do próprio posto de trabalho, capacitando para uma atitude empreendedora ativa, mormente através do contacto com iniciativas empreendedoras;

Capacitar para encarar o mercado de trabalho (16 h)

- Capacitar para conhecer os vários trajetos disponíveis no período pós-ações capacitadoras (formação profissional, autoemprego, empreendedorismo, diversas formas de procura de emprego), a serem, depois, aprofundadas em acompanhamento individualizado (pelo NLI, pelo IRS, pela entidade formadora, por instituição parceira mais adequada, ou Centro Qualifica ou GIP).

2.1 Perfil de entrada no percurso capacitador

Como já referido antes, os/as residentes deverão ter um dos seguintes perfis:

- Desempregados/as de longa ou muito longa duração, à procura do primeiro emprego, beneficiários/as de medidas de tutela ou proteção social (RSI/RMG, subsídio de desemprego ou outro tipo de prestação ou apoio social público, internamento em comunidades de reabilitação, reinserção ou objeto de outras medidas de coação), assim como do atendimento social das instituições, mas desprovidos/as de qualificações ou habilidades pessoais e sociais para a procura de emprego ou de qualificação, e que, por esses e outros motivos objetivos ou subjetivos, não acedem aos sistemas formais e correntes de formação profissional ou procura de emprego;

- Outros/as cidadãos/ãs em risco de exclusão que, por razões diversas, estão fora dos públicos contemplados pelas respostas sociais institucionais no apoio ao emprego e à inclusão social;

- Cidadãos/ãs cujo sentimento de desfiliação e de precariedade económica contribuam para a criação ou desenvolvimento de comportamentos que levem ao agravamento desse sentimento, no que a esta temática estruturante concerne;

- Jovens que abandonaram o sistema de ensino, mas que não possuem capacidade objetiva ou subjetiva para aceder a respostas formais de formação.

2.2 Perfil de saída

No final de cada percurso capacitador, os/as residentes deverão ter adquirido competências para:

- Construir um projeto de vida reconstrutivo dos laços sociais, onde a capacitação para o acesso ao mercado de emprego/formação é estruturante;
- Optar por um percurso pessoal profissional e/ou formativo, sabendo escolher os caminhos, mormente recorrendo às opções complementares disponibilizadas.

2.3 Critérios de base na constituição dos grupos de capacitação

- Homogeneidade do grupo ao nível da literacia;
- Capacidade e disponibilidade para construção de um projeto de vida.

Instrumentos de seleção:

- Resultados da realização de entrevista ou aplicação de questionário para aferir das necessidades e da motivação para as atividades;
- Resultados da análise de registos eventualmente facultados por entidades parceiras que sinalizaram os/as residentes.

2.4 Metodologia de desenvolvimento do percurso capacitador

A metodologia será iminentemente ativa e participativa.

Recorrer-se-á, pois, a métodos ativos e interrogativos.

Os temas das atividades terão os seus conteúdos serão adaptáveis, quer aos conhecimentos de partida, quer ao ritmo de aprendizagem do/a residente.

Esse conhecimento será aferido no início de cada um dos temas em questão, através de entrevista, questionário ou exercícios práticos, possibilitando o traçar de um percurso adaptado às situações de cada residente.

Como se referiu, o tema “Contacto com atividades profissionais” será proporcionado em entidades económicas/sociais da região, de acordo com os resultados do balanço de competências.

9.2.2 Atividades previstas na Tipologia de Operações 2 – Ação 2 “Ações de capacitação de mediadores/as locais”

Objetivo específico: Capacitar (entendendo-se como descobrir, identificar, atualizar, complementar e/ou ampliar conhecimentos e habilidades, pessoais, sociais e profissionais, necessárias à participação em processos e procedimentos de mediação de inclusão social de residentes) um grupo de moradores/as (quatro), para mediar o relacionamento dos/as residentes entre si e destes/as com as estruturas e instituições presentes no território e/ou que se relacionam com a comunidade, visando, a partir das diferenciações pessoais, culturais e sociais existentes, a construção de práticas socializadoras de cidadania.

▪ **Atividade 1 - Identificar e capacitar recorrendo a abordagem inicial e “on job”, 4 (quatro) residentes com perfil de mediadores/as locais**

Objetivo específico: Capacitar quatro residentes para, em articulação com a Unidade de Gestão do Projeto e Equipas Técnicas do consórcio, pensarem estratégias de inclusão estruturadas no quotidiano da comunidade e dinamizarem a sua execução, assim como mediar o relacionamento dos residentes com os diversos serviços públicos e instâncias de poder ou outros (centro de saúde, centro de emprego, autarquias, etc.)



Tarefas afetas à Atividade 1

- Selecionar 4 (quatro) indivíduos residentes, que possuam perfil para desempenhar as funções de mediador/a local;
- Identificar, perante o perfil-tipo de mediador/a comunitário/a, as necessidades de capacitação dos/as 4 (quatro) mediadores/as;
- Definir, com precisão, os conteúdos capacitantes a ministrar, com duração de 60 horas, com base nos seguintes referenciais de orientação:
 1. O/A mediador/a local (30 h)
 - 1.1 O que significa “mediar”?
 - 1.2 O surgimento da função de “mediador/a” e “mediador/a local”
 - 1.3 Exemplos e estudos de caso de mediação comunitário
 2. Conteúdos da função de mediador/a local (10 h)
 3. Métodos e Técnicas de Mediação Comunitária (20 h)
- Desenvolver e avaliar a atividade.

Parceiros/as / membros/as do consórcio envolvidos/as na atividade 1

Câmara Municipal de Penafiel (entidade responsável)

▪ **Atividade 2 - Enquadramento, acompanhamento e formalização da ação dos/as mediadores/as e sua sustentabilidade após o projeto**

Objetivo específico: Criar o suporte institucional e de enquadramento das funções dos/as mediadores/as locais, visando a sua continuidade após a execução física e financeira do projeto.

- Tarefas afetas à Atividade 2
- Executar e manter ativas as estratégias e práticas de mediação direcionadas para a gestão das diferenças sociais, culturais, religiosas, de estatuto e “status” social, entre os/as residentes do EHS.

Parceiros/as / membros/as do consórcio envolvidos/as na atividade 2

Câmara Municipal de Penafiel (Entidade responsável).

METAS DA TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 2 – Ação 1 e 2

- Todas as ações de capacitação foram planificadas, calendarizadas e realizadas

EVIDÊNCIAS DA EXECUÇÃO:

- Existem folhas de presença em cada ação e atividade validadas pela Unidade de Gestão;
- Existência física de Dossiês Técnicos de cada Ação de Capacitação, contendo materiais distribuídos apresentações, trabalhos dos participantes e relatório individual sobre o atingimento dos objetivos por cada participante.

INDICADORES DE SUCESSO:

- 95% dos/as destinatários/as frequentaram e concluíram as ações de capacitação, cumprindo os requisitos definidos no perfil de saída.

9.3 TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 3 – FOMENTAR ABORDAGENS LOCAIS INOVADORAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROMOVER ESTRATÉGIAS LOCAIS DE INCLUSÃO ATIVA

Objetivos Específicos

- Operacionalizar o “salto de nível” que possibilita associar ao sentimento de pertença e de apropriação do Bairro, um reforço do sentido pessoal de auto-estima e do sentimento geral de ser cidadão/ã, mormente através do desenvolvimento da responsabilidade social e promoção da igualdade e inclusão social.
- Capacitar a comunidade no desenvolvimento de competências de autonomia e participação, assim como promover o relacionamento interpessoal e o diálogo intergeracional e multicultural.
- Aumentar a participação ativa dos/as residentes, promovendo o exercício da cidadania.

Descrição de tipologias de ações a desenvolver

- Ação 1 – Ações de educação para a cidadania, igualdade e não discriminação
- Ação 2 - Ações de educação para a saúde
- Ação 3 – Ações de inclusão pela arte e pelo desporto

9.3.1 Atividades previstas na Tipologia de Operações 3 – Ação 1 “Ações de educação para a cidadania, igualdade e não discriminação”

Objetivos específicos:



Com atividades de geometria e formato variável, podendo ter a forma de **sessões de informação, sensibilização, workshops, ações de rua, ou outras**, pretende-se:

- Despertar para a necessidade de uma participação ativa na vida das comunidades locais, como caminho para a construção de um projeto de vida pessoal / familiar e profissional sustentável;
- Capacitar para a inclusão social por via da promoção do sentido de pertença cidadã, através do fornecimento de ferramentas para reforço dos laços sociais com as pessoas e instituições presentes na comunidade de proximidade;
- Apresentar o território local como espaço de construção de um auto-discurso inclusivo.

- **Atividade 1 - Desenvolvimento e avaliação de iniciativas comunitárias sobre “EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E VIDA COMUNITÁRIA”, conforme referencial seguinte:**

Temáticas de referência

- A organização da vida da comunidade local (aldeia, bairro, prédio): normas de convivencialidade e de urbanidade;
- Viver em condomínio: direitos, deveres e regras de gestão de um condomínio;
- A participação na vida política local: os órgãos do Poder Local, a sua eleição, o seu modo de funcionamento e formas de participar, como cidadão/ã, nas decisões;
- Ser um/a cidadão/ã que não discrimina: a importância da igualdade de direitos e deveres, independentemente do sexo ou género;
- Adoção de estilos de vida saudáveis;
- Hábitos de alimentação saudáveis e promoção da atividade física
- Ser um/a cidadão/ã participante: direitos e deveres de cidadania;

Formatos possíveis:

- Sessões de informação/sensibilização e workshops;
- Ações de rua (dramatizações curtas, “teatro do oprimido” e outras)
- Distribuição de documentação informativa disponível.

Destinatários/as



- Residentes do Bairro

Resultados a atingir:

No final da atividade ou dos conjuntos de atividades, os/as participantes deverão estar sensibilizados/as para construir um projeto de vida reconstrutivo dos laços sociais, onde a capacitação informada, para a participação nas dinâmicas locais, seja estruturante;

Parceiros/as / membros/as do consórcio e envolvidos/as co-responsáveis na atividade 1

- Câmara Municipal de Penafiel;

- Parceiros/as consorciantes

- ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;
- ACRDGFP - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel

- Parceiros envolvidos

- Associações locais a definir

METAS DA TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 3 – Ação 1

- Todas as atividades temáticas de referência foram abordados, em qualquer um dos formatos previstos (sessões de informação, sensibilização, workshops, entrevistas e outras abordagens personalizadas, ações de rua, entre outros a definir)

EVIDÊNCIAS DA EXECUÇÃO:

- Existem registos de presença em cada atividade onde tal era possível fazer, validadas pela Unidade de Gestão;

- Existência física de Dossiês Técnico de cada atividade, contendo materiais distribuídos, apresentações, registo de reações de participantes

INDICADORES DE SUCESSO:

- 75% dos/as residentes no EHS participaram, comprovadamente, pelo menos, numa das iniciativas/atividades propostas



9.3.2 Atividades previstas na Tipologia de Operações 3 – Ação 2 “Ações de educação para a saúde”

Objetivo específico:

Sensibilizar os/as residentes, de todas as faixas etárias, independente do sexo e género para a necessidade de adoção de regras, normas e hábitos conducentes à aquisição de tipos de vida saudável, através da realização de ações de sensibilização / informação / prevenção no âmbito da Educação para a Saúde.

- **Atividade 1** – Ações de sensibilização / informação / prevenção no âmbito da Educação para a Saúde e Educação Sexual

Em modelos de organização e de comunicação a discutir entre a Unidade de Gestão e os/as parceiros/as envolvidos/as no planeamento e gestão das atividades (workshops, “brainstormings”, sessões Informativas, etc.) pretende-se criar e estimular uma visão da saúde e dos estilos de vida saudável como uma componente integrante do bem-estar pessoal e social, sublinhando que, sem vida saudável não existe vida digna.

Entidades parceiras envolvidas

- Câmara Municipal de Penafiel
- Parceiros consorciantes: ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;
- Parceiros envolvidos: Entidades integrantes do CLAS (ACES, Escolas ou outras a referenciar)
- **Atividade 2** – Ações de sensibilização / informação/prevenção no âmbito consumo de álcool e substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, bem como comportamentos aditivos.

Em modelos de organização e de comunicação a discutir entre a Unidade de Gestão e os/as parceiros/as envolvidos/as no planeamento e gestão das atividades (workshops, “brainstormings”, sessões Informativas, etc.) pretende-se, de forma assertiva, alertar quer para os reais riscos do consumo de produtos e substâncias que induzem e criam adições, quer para as consequências sociais e penais associadas a esses tipos de consumos.

Entidades parceiras envolvidas

- Câmara Municipal de Penafiel
- Parceiros consorciantes: ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;



- Parceiros envolvidos: Entidades integrantes do CLAS (ACES, Escolas ou outras a referenciar)

METAS DA TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 3 – Ação 2: Atividade 1 e Atividade 2

- Todas as atividades temáticas de referência foram abordados, em qualquer um dos formatos previstos (sessões de informação, sensibilização, workshops, entrevistas e outras abordagens personalizadas, ações de rua, entre outros a definir)

EVIDÊNCIAS DA EXECUÇÃO:

- Existem registos de presença em cada atividade onde tal era possível fazer, validadas pela Unidade de Gestão;

- Existência física de Dossiês Técnico de cada atividade, contendo materiais distribuídos, apresentações, registo de reações de participantes

INDICADORES DE SUCESSO:

- 75% dos/as residentes no EHS participaram, comprovadamente, pelo menos, numa das iniciativas/atividades propostas

9.3.3 Atividades previstas na Tipologia de Operações 3 – Ação 3 “Ações de inclusão pelas artes, cultura e desporto”

Objetivo específico:

Promover o desenvolvimento pessoal e social e reforçar teias de relações sociais e de pertença, com recurso às artes, cultura e desporto, reconhecendo e promovendo as suas diferentes expressões e criando espaços para o desenvolvimento dessas mesmas formas de expressão.

▪ Atividade 1 – Inclusão através das Artes Dramáticas e de Palco

Inclui a construção com as pessoas residentes no EHS e apresentação, à comunidade do EHS, de encenações como espaço para trabalharem temáticas como a da igualdade, a violência, da conciliação da vida familiar, pessoal e profissional, as competências parentais, entre outras, usando textos baseados em relatos de experiências de vida transpostos, cenicamente, para um discurso quotidiano, alegre, interativo e acessível a todos os públicos, promovendo-se assim a identificação de práticas comportamentais por parte do público e levando-o a questionar-se sobre os próprios comportamentos.



A prática das Artes Dramáticas e as outras Artes de Palco, área da música e dança, quer seja o folclore, ballet, danças de salão, revelar-se-ão como uma importante ferramenta para influenciar a mudança de comportamentos e criação de novos padrões estéticos, construídos sobre a cultura de “bairro”.

Como é evidente, a geometria dessas iniciativas irá sendo definida durante a execução do projeto, dentro do modelo técnico/financeiro indicado.

Entidades parceiras envolvidas

- Câmara Municipal de Penafiel

- Parceiros consorciantes:

- ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;
- ACRDGFP - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel

- Parceiros envolvidos:

- Grupo de Teatro de Novelas
- Outras Associações locais, com colaborações pontuais a acordar

▪ **Atividade 2 – Inclusão através do Desporto**

A promoção da prática desportiva entre os/as jovens e outros/as residentes favorece estilos de vida saudáveis elevando a auto-estima da comunidade e, simultaneamente, o sentimento de pertença e identidade.

A prática desportiva é sabido, previne e combate as formas de desvio social através do aumento dos níveis de motivação e integração social. O contacto com vários desportos, potenciará os desempenhos sociais dos/as residentes, sobretudo dos/as jovens, mormente o sentido de pertença e a sua extrapolação para a comunidade envolvente.

O Concelho de Penafiel possui fortes tradições desportivas, reconhecidas a nível nacional.

Na área desportiva existem, exemplos do papel do desporto e da prática desportiva, como fator de inclusão social, onde ganham expressão, por exemplo, tanto as práticas individuais, ligadas à cultura física (artes marciais e de defesa, atividades gímnicas, algumas práticas de culturismo, de “*boody bulding*”, ou de dança), ou práticas coletivas não necessariamente federadas, como a prática lúdica de desportos coletivos de forma informal e ao ar livre.

Considerando a importância que os modelos de sucesso desportivo exercem sobre a população, julga-se que uma componente deste projeto, direcionada para encarar o desporto



como dinamizador de processos inclusivos, possa ser uma importante mais-valia na desconstrução dos “estigmas” do Bairro.

Como é evidente, a geometria dessas iniciativas será pontualmente definida, dentro do modelo técnico/financeiro consorciado.

Entidades parceiras envolvidas

- Câmara Municipal de Penafiel

Parceiros/as consorciantes

- ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;

Parceiros/as envolvidos/as:

- Play life/ Ideal corpus

- Outras Associações locais, com colaborações pontuais a acordar

▪ **Atividade 3 – Inclusão através das Artes Decorativas e Utilitárias Tradicionais e Cultura Popular**

O Antropólogo português Jorge Dias, considerado um dos pais da Antropologia, Etnografia e Etnologia, em Portugal, definiu, nos anos 40/50 do século passado, as “Artes Decorativas e Utilitárias Tradicionais” e a “Cultura Popular”, como combinações originais e próprias, de padrões estéticos e de “saber fazer” e “saber comunicar”, que cruzavam a utilidade das coisas produzidas, com uma ideia muito própria de estética, o que tornaria cada produção algo tendencialmente único, mas que caracteriza formas de viver, sentir e agir próprias de um grupo ou território.

É sabido que a pertença a uma comunidade, a um grupo humano, que produz, materialmente, objetos decorativos e utilitários, com uma estética própria, previne e combate as formas de desvio social através do aumento dos níveis de auto-estima pessoal e de grupo e de motivação e integração social. O contacto com várias dessas Artes, potenciará os desempenhos sociais dos/as residentes, mormente o valorizar e interiorizar o sentido de pertença e a sua extrapolação para a comunidade envolvente reforçando o sentimento de coesão social.

Por outro lado, a chamada Cultura Popular, segundo o mesmo Antropólogo, mais não é do que a materialização, em atos comportamentais individuais e coletivos, mormente na música,



dança, canto de festa, cultura material, simbologias diversas relacionais, de uma identificação territorial, com padrões sociais de pertença e padrões estéticos próprios, que, mesmo, inconscientemente, nos fidelizam. Estamos a falar daquilo que se vulgarizou com o nome de “folclore”, que etimologicamente, deriva do inglês “Folk” e do alemão “volkskund”, que significam, genericamente, cultura popular. Mas, também, de outras manifestações da “Cultura Popular” que relevam para a identidade de sub-grupos e grupos sociais. Dizia o já referido Jorge Dias, em 1942, numa conferência na então Universidade de Santiago de Compostela, onde era docente: “Não existe, nunca, o indivíduo completamente liberto do tradicional e das influências do ambiente circundante: em todos existe a ‘cultura popular’ ou ‘cultura própria’, em maior ou menor força. Qualquer transformação social e de atitudes, sem ter nisso conta, não tem futuro”.

Por tal, dizia Jorge Dias, a mudança de comportamentos só era possível se trabalhada a partir da “Cultura Popular”. Daí essa nossa aposta em trabalhar com os/as residentes, a partir dessa dimensão (ver explanação destas reflexões em DIAS, Jorge, 1961 - "Etnologia, Etnografia, 'Volkskunde' e Folclore", in Ensaios Etnológicos, Lisboa, Lisboa, 1961 e “Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa”, in Ensaios Etnológicos, Lisboa, 1961).

Queremos construir o futuro, com os/as residentes, valorizando e “instrumentalizando” o passado, ou seja, numa interpretação positiva, da “cultura” e “saberes”.

O “parceiro consorciante” ADISCREP, pela sua abrangência de atividades, possui, nomeadamente por causa da sua Universidade Sénior, que funciona aberta a todas as gerações, diversos ateliers de artes, logo, têm vasto “Know-how” no “como” e “para o quê” fazer este tipo de atividades. Como ADL (associação de desenvolvimento local) que é, e no âmbito deste projeto, irá alargar o conceito de “artes utilitárias tradicionais” e “cultura popular” a outro tipo de atividades. Falamos, por exemplo, da abordagem e realização de atividades como Ateliers de culinária, Ateliers de costura, Atelier de promoção da leitura, Atelier “Histórias de Vida”, Atelier de pintura, Atelier de costura decorativa, Atelier de danças e cantares tradicionais, entre outros possíveis, a definir perante as características específicas dos/as destinatários/as, sempre centrados na necessidade de reforçar as competências pessoais e sociais e sentido de pertença dos/as residentes, com natural reforço das redes de pertença. O “parceiro consorciante”, Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel, com forte ligação ao Bairro, porque possui uma sólida tradição na preservação da etnografia local, acrescentará mais-valia na organização e desenvolvimento desse tipo de atividades.

Parceiros/as consorciantes:

- Câmara Municipal de Penafiel;
- ACRDGFP - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Grupo Folclórico de Penafiel



- ADISCREP – Associação para o desenvolvimento Integrado, Sociocultural, Recreativo e Económico de Penafiel;

Parceiros/as envolvidos:

- Grupo de Teatro de Novelas
- Associações locais, com colaborações pontuais, a acordar

METAS DA TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 3 – Ação 3 – Atividade 1, Atividade 2 e Atividade 3

- Todas as atividades foram desenvolvidas, em qualquer um dos formatos que previram

EVIDÊNCIAS DA EXECUÇÃO:

- Existem registos de presença em cada atividade onde tal era possível fazer, validados pela Unidade de Gestão;
- Existência física de Dossiês Técnicos de cada atividade, contendo, nomeadamente materiais distribuídos, apresentações, registo de reações de participantes e documentos relevantes

INDICADORES DE SUCESSO:

- 70 % dos/as residentes no EHS participaram, como intervenientes ou espectadores, comprovadamente, pelo menos, numa das iniciativas/atividades propostas

10. CRONOGRAMA DAS TIPOLOGIAS DE OPERAÇÕES E RESPECTIVAS AÇÕES (por trimestre)

2019 (Início a 2 de novembro)

Tipologia de Operações	Ação	3º Trimestre	4º Trimestre
1- PROMOÇÃO DE PARCERIAS DE CARÁTER INOVADOR E EXPERIMENTAL	Ação 1 - Identificação dos/as parceiros/as consorciantes, aferindo a sua relação com os restantes "parceiros/as envolvidos/as". (1)		
	Ação 2 – Aprofundamento, com os "parceiros/as consorciantes", da análise das expressões locais das problemáticas onde o projeto vai incidir, definindo as linhas dominantes de intervenção		
	Ação 3 – Definição da estrutura formal de governação, execução do projeto e afetação de recursos		

(1) Ações já concluídas, à data da submissão da candidatura

2020

Tipologia de Operações	Ação	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
1- PROMOÇÃO DE PARCERIAS DE CARÁTER INOVADOR E EXPERIMENTAL	Ação 4 – Ações de reflexão e aprofundamento da teoria e prática da gestão de projetos numa perspetiva da Metodologia do Marco Lógico, das equipas de organização e gestão do projeto e de execução no terreno				
2 – REDUÇÃO DA POBREZA, DA EXCLUSÃO SOCIAL E DO DESEMPREGO EM TERRITÓRIOS URBANOS PROBLEMÁTICOS	Ação 1 – Ações de capacitação para a autonomia, a cidadania, a inclusão e a empregabilidade				
	Ação 2 – Ações de capacitação de mediadores/as comunitários/as locais				
3 – FOMENTAR ABORDAGENS LOCAIS INOVADORAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROMOVER ESTRATÉGIAS LOCAIS DE INCLUSÃO ATIVA	Ação 1 – Ações de educação para a cidadania, igualdade e não discriminação				
	Ação 2 – Ações de educação para a saúde				
	Ação 3 – Ações de inclusão social pelas artes, cultura e desporto				

2021 (Término a 31/10)

Tipologia de Operações	Ação	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre (3)
1- PROMOÇÃO DE PARCERIAS DE CARÁTER INOVADOR E EXPERIMENTAL	Ação 4 – Ações de reflexão e aprofundamento da teoria e prática da gestão de projetos numa perspetiva da Metodologia do Marco Lógico, das equipas de organização e gestão do projeto e de execução no terreno				
	Ação 1 – Ações de educação para a cidadania, igualdade e não discriminação				
3 – FOMENTAR ABORDAGENS LOCAIS INOVADORAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROMOVER ESTRATÉGIAS LOCAIS DE INCLUSÃO ATIVA	Ação 2- Ações de educação para a saúde				
	Ação 3 – Ações de inclusão pelas artes, cultura e desporto				

(3) Realização dos processos e procedimentos de avaliação final do projeto

11. Capacidade técnica do beneficiário e co-beneficiários

Composição da equipa técnica afeta, pelos beneficiários, ao projeto

Nome	Entidade	Nível qualificação (ISCED)	Tipo de contrato	% afetação temporal	% afetação financeira	Salário base €
Cátia Monteiro	CM Penafiel	7	Contrato sem termo			1.561,93€
Luís Oliveira	ACRDGFP	-	Prestação Serviços	-	-	-
Conceição Rodrigues	ADISCREP	7	Contrato sem termo			1.000,00€

12. Maturidade do investimento e sustentabilidade da operação após a realização

O projeto apresenta, à data da submissão da candidatura, as seguintes maturidades:

Na TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 1, a ação 1 – “Identificação dos/as parceiro/as consorciantes e sua constituição formal como consórcio” encontra-se concluída com uma execução física de



100%, a ação 2 – “Aprofundamento, com os beneficiários, da análise das expressões locais das problemáticas onde o projeto vai incidir, definindo as linhas orientadoras de intervenção” encontra-se com uma execução física de 30%.

Na TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES 4, as ações Ação 1 – Ações de educação para a cidadania, igualdade e não discriminação, Ação 2 – Ações de inclusão pelas artes, cultura e desporto” encontram-se concluídas em 5%, à data da submissão da candidatura.

Estão providenciados todos os procedimentos relativos à observância do cumprimento das normas concernentes à contratação pública, quando necessária, para cada uma das atividades.

Quanto à sustentabilidade após o co-financiamento, o consórcio que dá corpo a esta candidatura não é um *compromisso oportunista*, mas uma associação funcional com futuro, a que, naturalmente, perante o sucesso, previsível, deste projeto, outras entidades institucionais, públicas, privadas, com ou sem fins lucrativos, existentes ou a surgir, se juntarão.

Não temos como horizonte criar mais valências sociais clássicas, a serem financiadas, como sempre, pela Segurança Social, como é filosofia dominante da Economia Social em Portugal. Estamos a situar-nos noutra dimensão.

De facto, as metas realistas definidas neste projeto, fruto da sólida experiência de terreno dos beneficiários e parceiros envolvidos, permitem-nos, cumpridas as tarefas que propomos no âmbito desta candidatura, ter a certeza num futuro desta intervenção inovadora.

Decerto, o sucesso, previsível, de “SENTIR O NOSSO BAIRRO, criará um suporte institucional e de terreno que permitirá não repetir o “erro fundador” de muitos projetos na área social: após o fim do cofinanciamento, cada um volta para o seu “canto”, volta a trabalhar sozinho e na sua dimensão restrita e estreita. Queremos que este consórcio seja aquilo que literalmente é a etimologia do termo: associação de duas ou mais pessoas ou entidades, com o objetivo de participar numa atividade comum, com partilha de recursos e responsabilidades, para atingir um objetivo comum. Consórcio, palavra latina, significa, associação ou sociedade, e deriva de “Consors”, “parceiro”, formada por com (“junto”) e sores (“destino), ou seja, juntos com um destino. Assumimos esse entendimento do conceito.

Os 24 meses de experiência conjunta servirão para, durante esse tempo, não só desenvolver as atividades ora elencadas, mas, sem dúvida, *consolidar uma filosofia e prática consorcial*, pensar e encontrar caminhos para a continuação e alargamento deste consórcio centrado no fim da guetização ou simples isolamento da população dos Bairros, *sobretudo na questão central que será a sua sustentabilidade financeira e técnica*, ou seja, *nas fontes, próprias ou exteriores, de financiamento para o futuro*, no respeito pela autonomia de cada um dos intervenientes. *Seja, antes de mais, o orçamento de cada consorciante, que fará “fundraising” para tal, seja o recurso conjunto a programas nacionais, comunitários, convites da Comissão*



Europeia, subvenções, receitas próprias ou outros. A conceção desta candidatura foi o primeiro momento desse processo, onde a continuidade da intervenção não se esgota com o fim temporal deste cofinanciamento, porque a auto-sustentabilidade não é uma meta, é, sim, um compromisso atingível.

Existem, para tal, contactos, por enquanto informais, com estruturas nacionais de “fundraising”, como a PPL (ppl.com.pt), de “crowdfunding”, como e.solidaire (esolidar.com), ou internacionais como Agora Social (agorasocial.com), “Carrefour de l'économie social” (econosoc.be), Rede Europeia Anti-Pobreza (eapn.eu ou www.eapn.pt), visando o apoio na identificação de fontes de financiamento sustentado.

13. Gestão e Avaliação

A gestão política, financeira e técnica do projeto será garantida por uma "Unidade de Gestão" (UG), cuja composição (C.M. de Penafiel e parceiros consorciantes) e funcionamento vêm referidos no "Acordo de Parceria", que é peça anexa a esta candidatura e que contará com regulamento interno próprio.

Como aí se refere, a “Unidade de Gestão” funcionará em regime de “reunião permanente”, sendo que, para atos decisórios que ultrapassem a simples gestão corrente, reunirá periodicamente, por prévia convocatória formal. Ou seja, prevalecerá a democracia interna participada.

Porque este “projeto” não é uma valência de uma instituição, mas uma metodologia de intervenção participada, numa lógica de funcionamento democrático, porque adota os MAC (Métodos Abertos de Coordenação), centrado mais no “modo”, participado e envolvido com as pessoas, como se consegue o atingimento das metas do que nas próprias metas só por si, irão, surgindo, à medida de cada circunstância, momento e problema, instâncias informais de discussão e até de decisão, mantendo-se, como preconiza a metodologia do Marco Lógico, a “linha vermelha” da processo decisório democrático, que é o primado da decisão técnica.

Neste espírito e no respeito pela metodologia que escolhemos (“Marco Lógico”), a **avaliação** será contínua, ou seja, acompanha cada fase e etapa do projeto. Em termos de temporalidade, por tal, terá o seu momento padrão “ex-ante” (avaliação diagnóstica), o seu momento contínuo “on-going” (avaliação contínua) e o segundo momento padrão, “ex-post” (avaliação final).

A “avaliação ex-ante” debruçar-se-á sobre a situação de partida, possibilitando à UG conhecer ou atualizar os contornos, qualitativos e quantitativos, das problemáticas que vai abordar e facilitará a transformação dos objetivos em metas. A avaliação contínua “on going” terá como centro a observação que do cumprimento, em toda a execução, do princípio da participação dos/as envolvidos/as, a par da observância dos detalhes técnicos de cada etapa, sugerindo alterações e correções, mesmo no que concerne às metas. A avaliação “ex-post” centrar-se-á



no atingimento das metas e resultados e será orientadora da continuidade do projeto. Em todos o processo avaliativo, estarão sob observação e análise, os processos, procedimentos e práticas.

Os indicadores, qualitativos e quantitativos, serão continuamente construídos e adaptados.

14. Plano de Comunicação

Basicamente, um Plano de Comunicação tem como preocupação fazer com que os objetivos e conteúdos de um projeto ou da atividade de uma instituição sejam partilhados, dentro dos atores desse projeto ou instituição (comunicação interna), junto dos/as destinatários/as do projeto ou dos clientes/utentes e “stakeholders” (comunicação próxima) e, finalmente, na comunidade exterior (comunicação externa).

Em termos de Comunicação Interna, o objetivo será fomentar a partilha, entre os atores do projeto, de opiniões, ideias, práticas e experiências que aprofundem o espírito de grupo.

A este nível, fará sentido, neste projeto, qualquer forma de “Clipping”, mas, sobretudo, o “institucional”, ou seja, a circulação e divulgação, entre os atores do projeto, da “recortes digitais” ou noutro suporte, de imprensa, registos de imagem e som, de simples opiniões vindas do exterior, enfim, de tudo o que ilustre a visão que, no exterior, existe do projeto, que permitam a quem está “dentro”, perceber como quem está “fora” vê o projeto e os seus atores.

Igualmente, torna-se evidente haver espaços de partilha, fechados, onde os atores do projeto, entre si, possam debitar e trocar as suas opiniões e materiais sobre o mesmo (e só sobre isso): desde o clássico *Chat* ou outro tipo de fórum, ao Grupo fechado no “Facebook”, qualquer forma de comunhão formal ou informal será ponderada.

Mas a comunicação interna também terá formalidades: serão criadas formas oficiais de comunicação, que farão a fronteira entre as opiniões participativas e os processos decisórios, colhendo, claro, contributos daquelas.

A Comunicação de Proximidade (com os/as destinatários/as do projeto, parceria alargada e “stakeholders” será fundamental. Sendo um projeto marcado pela filosofia participativa, será fundamental que o projeto tenha uma Página *web* própria, só para estes “mais próximos”, onde só estes estarão registados: terão acesso a informação mais detalhada sobre as atividades e a formas diversificadas de participarem com opiniões, propostas, sugestões.

A Comunicação Externa, para o “mundo” envolvente, deverá ter contornos diversos. Desde o clássico Boletim Informativo periódico próprio (“online”), *Newsletter*, Página *web* oficial, presença oficial no *Facebook*, *Press Release* para a comunicação social local, regional e



nacional, todos os meios para dar a conhecer o projeto, os seus frutos e avanços, assim como para medir o seu impacto na população em geral, estarão em ponderação.